

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA
2021/2022**



TII

**AS INFORMAÇÕES MILITARES ENQUANTO INSTRUMENTO
CONTRIBUTIVO PARA A POLÍTICA EXTERNA DE DEFESA NACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Carla Sofia dos Santos Melo
CAP/PA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS INFORMAÇÕES MILITARES ENQUANTO
INSTRUMENTO CONTRIBUTIVO PARA A POLÍTICA
EXTERNA DE DEFESA NACIONAL**

CAP/PA Carla Sofia dos Santos Melo

Trabalho de Investigação Individual do CPOS FA 2021/2022

Pedrouços 2022



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS INFORMAÇÕES MILITARES ENQUANTO
INSTRUMENTO CONTRIBUTIVO PARA A POLÍTICA
EXTERNA DE DEFESA NACIONAL**

CAP/PA Carla Sofia dos Santos Melo

Trabalho de Investigação Individual do CPOS FA 2021/2022

Orientador: TCOR INF Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

Pedrouços 2022



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Carla Sofia dos Santos Melo**, declaro por minha honra que o documento intitulado **As Informações Militares enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditora do **Curso de Promoção a Oficial Superior – Força Aérea 2021/2022 1ª Edição** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **27 de janeiro de 2022**

Carla Sofia dos Santos Melo



Agradecimentos

No final desta longa investigação, estou convencida de que nunca teria conseguido realizar este trabalho sem o apoio de um grande número de pessoas cuja energia, bom humor e interesse na minha investigação me permitiram progredir e orientar em cada momento desta caminhada.

Antes de mais, gostaria de agradecer à minha família, e em particular aos meus pais, pois nada disto seria possível sem o vosso apoio e amor, que me acompanharam ao longo deste desafio académico e profissional, suportando toda a minha ausência de forma inestimável, sempre com ânimo e incentivo.

Ao meu orientador, o Sr. TCor. de Infantaria Carlos Marques da Silva, pela confiança que depositou em mim, toda a motivação que me soube transmitir, as críticas e sugestões que me fez e que tanto me ensinaram e o empenho e interesse que desde a primeira hora colocou nesta orientação ao aceitar supervisionar este trabalho.

Aos entrevistados que me concederam a oportunidade de obter valioso conhecimento e esclarecer detalhes, manifesto o meu apreço e reconhecimento pela disponibilidade demonstrada, assim como pela forma calorosa como fui recebida, nomeadamente SEXA TGEN Vizela Cardoso, SEXA COM Proença Mendes, SEXA BGEN Lemos Pires, SEXA BGEN Ana Baltazar, CMG Paiva Lopes e o COR Leitão.

A todos os meus Camaradas de curso, com quem tive o prazer de partilhar experiências, momentos de amizade e de crescimento pessoal, e sem os quais teria sido certamente um percurso muito mais difícil.

A todos, expresso a minha profunda gratidão!



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	5
2.1 Revisão da Literatura	5
2.1.1 Enquadramento Conceptual	5
2.1.1.1 Informações	5
2.1.1.2 Informações Militares	7
2.1.1.3 Atual Estrutura do Sistema de Informações Militares	9
2.1.1.4 Defesa Nacional e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	10
2.1.1.5 Enquadramento Legislativo.....	11
2.1.1.6 Política.....	11
2.1.1.7 Política Externa de Defesa	12
2.1.1.8 Defesa Nacional e Informações Estratégicas	13
2.1.1.9 Eficácia.....	13
2.2 Modelo de Análise	14
3. Metodologia e método	15
3.1 Metodologia.....	15
3.2 Método.....	16
3.2.1 Participantes e procedimento	16
3.2.2 Instrumentos de recolha de dados	16
3.2.3 Técnicas de tratamento de dados	17
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados	18
4.1 Produto e atividades das Informações Militares	18
4.1.1 Síntese conclusiva e resposta à QD1	21
4.2 Caracterização das Informações Militares enquanto vetor na política de Defesa Nacional.....	22
4.2.1 Síntese conclusiva e resposta à QD2	24
4.3 Análise crítica ao contributo das Informações Militares enquanto instrumento da política externa de Defesa Nacional e resposta à QC	25
4.3.1 Síntese conclusiva.....	28



5. Conclusões	30
Referências bibliográficas	34

Índice de Apêndices

Apêndice A – Corpo de Conceitos	Apd A-1
Apêndice B – Mapa Conceptual.....	Apd B-1
Apêndice C – Quadro descritivo de Indicadores	Apd C-1
Apêndice D – Matriz dos entrevistados por ordem de entrevista e Guiões das entrevistas	Apd D-1
Apêndice E – Síntese das respostas por ordem de entrevista	Apd E-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Delimitação da Investigação e objeto de estudo	3
Figura 2 – Objetivos Especificos da Investigação.....	3
Figura 3 – Questões Derivadas da Investigação	4
Figura 4 – Organograma de relações do SNI	9
Figura 5 – Organograma do CISMIL	10
Figura 6 – Modelo de Análise	14
Figura 7 – Percurso Metodológico	16
Figura 8 – Relação entre dados, informação e informações.....	20
Figura 9 – Gráfico explicativo dos efeitos conjugados durante o CPI	21
Figura 10 – Matriz SWOT.....	28

Índice de Quadros

Quadro 1 – Entrevistados e respectivos cargos	16
Quadro 2 – Análise das respostas sobre as lacunas e recomendações das IM	25
Quadro 3 – Análise sintética das entrevistas e de bibliografia	26
Quadro 4 – Conceitos complementares	Apd A-1
Quadro 5 – Modelo de Análise.....	Apd B-1
Quadro 6 – Indicadores e descrição.....	Apd C-1
Quadro 7 – Matriz dos entrevistados por ordem de entrevista	Apd D-1
Quadro 8 – Guião das entrevistas	Apd D-1
Quadro 9 – Síntese de respostas por ordem de entrevista	Apd E-1



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Fatores contributivos das IM para a política externa de Defesa Nacional 18



Resumo

No atual ambiente operacional, as novas ameaças são de caráter imprevisível, assimétrico, multidimensional, transnacional, e exige a identificação e a análise dos diversos tipos de ameaças, pelo que são necessários instrumentos que permitam desenvolver uma orientação flexível e oportuna aos decisores políticos. As Informações Militares (IM) desempenham um papel fundamental na mitigação desta ameaça, na persecução das intenções e na salvaguarda dos interesses nacionais, pois contribuem para o esforço militar de um país como forma de alcançar o seu objetivo último, apoiar a decisão política de prevenir a guerra. O presente trabalho tem como objetivo avaliar as IM enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional. Para isso, recorreu-se a uma metodologia de raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso, concretizado através da análise documental e na realização de entrevistas a especialistas com conhecimento em IM. Através da investigação foi possível concluir-se que as IM têm as capacidades necessárias para mitigar estas ameaças, e que a implementação das recomendações poderá tornar as IM mais eficientes, permitindo uma tomada de decisão mais consciente, e conseqüentemente, as reforçar enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional.

Palavras-chave:

Informações, Informações Militares, Defesa Nacional, Política Externa.



Abstract

In the current operational environment, new threats are unpredictable, asymmetrical, multidimensional, transnational, and require the identification and analysis of different types of threats. Military Information (MI) plays a fundamental role in mitigating this threat, in pursuit of intentions and in safeguarding national interests, as it contributes to the military effort of a country as a way of achieving its ultimate objective, to support the political decision to prevent the war. The present work aims to evaluate the MI as a contributory instrument for the foreign policy of National Defense. For this, a deductive reasoning methodology was used, based on a qualitative strategy and a case study research design, carried out through document analysis and interviews with specialists with knowledge in IM. Through the investigation, it was possible to conclude that the MIs have the necessary capabilities to mitigate these threats, and that the implementation of the recommendations can make the MIs more efficient, allowing a more conscious decision-making, and consequently, reinforce them as a contributing instrument to the foreign policy of National Defense.

Keywords:

Information, Military Information, National Defense, Foreign Policy



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

C

CCOM	Comando Conjunto para as Operações Militares
CEDN	Conselho Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CPOS – FA	Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea
CSI	Conselho Superior de Informações

D

DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DIMIL	Divisão de Informações Militares
DINFO	2ª Divisão do EMGFA
DN	Defesa Nacional

E

EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
-------	---

F

FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada

I

IE	Informações Estratégicas
IEM	Informações Estratégicas Militares
IM	Informações Militares
IUM	Instituto Universitário Militar

L

LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

N

NATO	<i>North Atlantic Threat Organization</i>
NEP	Norma de Execução Permanente

O

OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral



OM	Operações Militares
ONU	Organização das Nações Unidas
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RCA	República Centro Africana
RFI	<i>Request for Information</i>
RH	Recursos Humanos
S	
SDCI	Serviço Diretor e Coordenador de Informações
SDN	Segurança e Defesa Nacional
SI	Serviço de Informações
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIEDM	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
SIM	Serviço de Informações Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SNI	Sistema Nacional de Informações
U	
UE	União Europeia
T	
TESSCO	Terrorismo, Espionagem, Subversão, Sabotagem, Crime Organizado
TII	Trabalho de Investigação Individual



1. Introdução

A globalização tem vindo a assumir novos desenvolvimentos com graus de complexidade e “fluxos no sistema internacional díspares, convergindo para uma diversidade de ameaças que põem em risco a segurança dos Estados” (Borges, 2018). No mesmo sentido, Alden e Aran (2017), afirmam ser de extrema importância a existência de instituições coesas e aptas, a responder de forma eficiente às ameaças, para assim, contribuírem para a conservação da paz e da segurança do sistema internacional. Um facto amplamente consensual e evidente, tem sido o desinvestimento gradual dos Estados ocidentais, após o fim da Guerra Fria, que têm vindo a aplicar nos seus orçamentos de defesa, criando desta maneira, a necessidade de um aviso prévio mais dilatado, apenas possível, através de estruturas e sistemas de Informações eficazes.

A queda do muro de Berlim, trouxe o fim a uma política mundial bipolar, tendo-se assistido por isso a uma divisão do mundo. Consequentemente, este facto desencadeou o aparecimento de novas potências e de uma nova ordem internacional governada por um sistema multipolar e impreciso, onde “o poder se encontra distribuído por muitos pólos” (Couto, 1988, cit. por Macedo, 2018, p.2). Ao longo do tempo, as dinâmicas mundiais sofreram alterações, constatando-se uma tendência crescente de novos atores no panorama internacional de índole estatal e não estatal, criando novas dinâmicas entre os diferentes atores e o Estado-nação. Este último, como ator individual, começa gradualmente a perder o tradicional domínio. A nova ordem internacional, após o 11 de setembro, é acompanhada pela crescente proliferação de atividades subversivas, na forma de conflitos assimétricos, ameaças terroristas (Lara, 2015, cit. por Macedo, 2018, p.2), híbridas e cibernéticas, às quais as potências mundiais desconhecem, ainda, respostas eficazes. Surge um desequilíbrio do sistema internacional e da ascensão de novos poderes, resultado da “internacionalização e interdependência crescentes do nosso tempo, que transformaram a Terra num só teatro de guerra” (Moreira, 1979, p.18). O supranacionalismo tem aumentado, do qual resulta uma “indefinição e imprevisibilidade de ameaças” (Nunes, 2004, p.281) aos valores, interesses e, principalmente, à segurança dos Estados, o que implica a adoção de novas estratégias eficazes na gestão de conflitos, de índole preventiva e preemptiva (Gill e Phythian, 2006 cit. por Macedo, 2019, p.10).

Os Estados democráticos apresentam falhas estruturais na resposta às novas ameaças e ambiguidades securitárias, sendo incapazes de “adaptar os seus tradicionais mecanismos de mediação de violência e da gestão de conflitualidade” (Nunes, 2004, p.273) aos novos



atores sociais e políticos emergentes que destabilizam a segurança nacional. Com tudo isto, torna-se necessário aos Estados atribuírem elevada importância à capacidade de antecipação de ameaças e formulação de resposta, pois é fulcral para a salvaguarda dos seus interesses, uma vez que contribui para a otimizada execução da tomada de decisão.

No seio de um Estado democrático, as estratégias adotadas pelos decisores políticos ambicionam a defesa do interesse nacional, garantindo a independência, soberania e o normal funcionamento das instituições públicas (Ribeiro, 2010, cit. por Macedo, 2019, p.18). Na ótica de Couto (1988, cit. por Macedo, 2019, p.18), cada Estado tem, como preocupação primária, a sua segurança, para poder garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses. Assim “[...] torna-se fulcral numa perspetiva integrada de interesse público e privado a importância das decisões ao nível da política externa, que se reflete no interior do Estado como consequência das políticas adotadas”. (Macedo, 2018, p.3). É necessária uma geopolítica idealizada (Dodds, 2007, cit. por Macedo, 2018, p.3) por parte dos atores que têm relevância na execução da modalidade de ação na política externa. A Informação recolhida dessa geopolítica é baseada essencialmente das perceções dos atores sobre o ambiente que os envolve, e remete para o aviso de possíveis ataques contra a integridade das instituições democráticas (Dodds, 2007, cit. por Macedo, 2018, p.3) para a regulamentação e securitização dos Estados. “Tal entendimento, torna-se significativo para o decisor político, uma vez que o campo da perceção influencia a projeção e afirmação dos Estados no Sistema Internacional” (Macedo, 2018, p.3), isto é, na política externa.

Nessa conformidade, é importante aferir as contribuições que as informações veiculadas pela estrutura específica militar nesta área trazem para a política de Defesa Nacional (DN). Assim, face à volatilidade e incerteza que caracteriza a atual sociedade contemporânea, assumem as Informações em sentido lato, e as IM em sentido estrito, uma possível vantagem a ser explorada como ferramenta mitigadora do desconhecimento em apoio à decisão.

De modo a circunscrever o fenómeno estudado, e considerando a abrangência do tema proposto, identificou-se as IM na política externa de DN, como o objeto deste estudo, delimitando-se a sua análise aos domínios: espaço, conteúdo e tempo. No que respeita ao domínio do espaço, limitou-se a investigação ao Órgão de Informações Militares, nomeadamente, o Centro de Informações e Segurança Militar (CISMIL). Relativamente ao domínio do conteúdo, o estudo enforma as IM, face à amplitude e emprego concetual das Informações em sentido lato. Por fim, no que respeita ao domínio do tempo, a investigação



apresenta uma delimitação temporal assente na atualidade (2021), de modo a centrar o estudo no princípio da oportunidade, que por si só rege as próprias Informações.

Identificados os domínios de investigação (Figura 1), e definido o objeto de estudo, surge a necessidade de responder ao seguinte Problema: De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional?

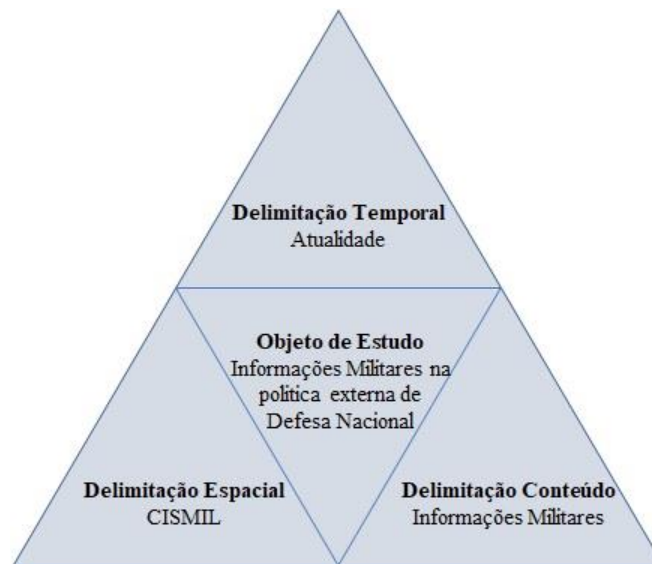


Figura 1 – Delimitação da Investigação e objeto de estudo

Nesta conformidade, e segundo o exposto, o objetivo geral (OG) desta investigação é: Avaliar as IM enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional. Para atingir o OG concorrem os objetivos específicos (OE) expressos Figura 2.

OE1	Analisar a tipologia de produtos e atividades decorrentes das IM, para a política externa de defesa nacional.
OE2	Analisar as IM enquanto vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional.

Figura 2 - Objetivos específicos da Investigação

Com vista a atingir o OG da investigação, definiu-se a seguinte questão central (QC): De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional? Decorrentes da QC surgem as questões derivadas (QD) expressas na Figura 3.



QD1	Quais os produtos e atividades decorrentes das IM, potencialmente contribuintes para a política externa de defesa nacional?
QD2	De que modo podem as IM se constituir como vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional?

Figura 3 – Questões Derivadas da Investigação

Para atingir os objetivos pretendidos, o Trabalho de Investigação Individual (TII) está estruturado em cinco capítulos, resultado da decomposição dos objetivos da investigação (NEP/INV - 001 (A1), 2020). Após a introdução, no segundo capítulo, apresentar-se-á a revisão de literatura e apresentação dos conceitos estruturantes. Posteriormente, no terceiro, será exposta a metodologia, o modelo de análise que serviu de base à investigação e o método utilizado, com a identificação dos participantes, procedimento, instrumentos de recolha e técnicas de análise dos dados. Em seguida no quarto capítulo, será efetuada a análise dos dados, discussão de resultados e resposta às questões de investigação. O quinto e último capítulo, será materializado em conclusões, contributos para o conhecimento, limitações e sugestões para estudos futuros.



2. Enquadramento teórico e conceptual

Este capítulo é destinado ao enquadramento teórico e conceptual da presente investigação.

2.1 Revisão da Literatura

O sistema internacional, encontrasse cada vez mais globalizado e interconectado, no qual o comportamento dos atores envolvidos é mais imprevisível. Esta complexidade, assume repercussões nos desafios estratégicos impostos, o que resulta na necessidade de um processo decisório cada vez mais rápido, e onde as respostas não podem deixar de manter uma relevância que conceda vantagem ao decisor. Silva (2018, p.169) refere que as Informações Estratégicas (IE) são relevantes “nas orientações políticas definidas no Conselho Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), e assim, [...] ferramenta essencial no apoio e salvaguarda dos interesses nacionais.” Conclui ainda que:

“[...] o CISMIL possui ferramentas e capacidades que por si só, constituem uma mais-valia no apoio à decisão estratégica, contudo, numa vertente de complementaridade, com o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIED) e com uma proximidade vincada entre quem pesquisa e quem orienta, poderá esta simbiose traduzir-se numa vantagem estratégica assegurada pelo Sistema Nacional de Informações (SNI) ao decisor político.” (Silva, 2018, p.170)

Macedo (2019), no seu estudo conclui que a produção das IE, têm um papel fundamental atempadamente ao decisor, produtos que sustentam o processo decisório. Os resultados da informação obtida para a formulação de decisões, permitem ao decisor a redução do efeito surpresa, a identificação atempada de potenciais ameaças ao interesse dos Estados, e a diminuição do grau de incerteza na tomada de decisão.

Face ao exposto, podemos assim inferir, que existe uma relativa consensualidade nos diferentes autores, no sentido em que consideram as IM, como sendo um vetor no processo de tomada de decisão do poder político e/ou militar, e conseqüentemente, um instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional.

2.1.1 Enquadramento Conceptual

2.1.1.1 Informações

Romana (2008, cit. por Almeida, 2011, p.13) define Informações como sendo o conhecimento profundo, completo e abrangente, que contempla o conjunto de atividades que visam pesquisar e explorar notícias em proveito de um Estado, sendo esta a definição adotada



no presente trabalho. Por seu lado, Cardoso (2004, p.150) afirma que “as informações para serem úteis devem ser adequadas, oportunas e bastante precisas. Devem ainda ser muito bem coordenadas e integradas, e rápida, oportuna e apropriadamente difundidas e consideradas pelos responsáveis pela tomada de decisão”.

Entre as concepções mais conhecidas e antigas acerca do significado de Informações sobressai a de Kent (1965), que descreve em três níveis diferenciados, conhecimento, institucional e processual. Para Kent, as Informações significam conhecimento, nomeadamente, aquele que os decisores políticos e militares do mais alto nível necessitam e devem dispor para garantir o bem-estar nacional face a pretensões antagónicas de outros estados (1965, cit. por Carapeto, 2010, p.17). Como instituição, diz respeito às estruturas funcionais que têm como principal missão a obtenção de dados, para produzir um tipo de conhecimento. Kent afirma que estes órgãos deverão possuir capacidade de vigilância de outros Estados para que se lhe conheçam as suas realidades passadas, presentes e futuras de forma a assessorar os decisores na resolução de problemas em matéria de política externa e estratégia (1965, cit. por Carapeto, 2010, p.17). Como processo, as Informações são sinónimo da atividade exercida pelos órgãos incumbidos para tal, isto é, refere-se aos meios e técnicas utilizadas na transformação de dados em conhecimentos específicos (1965, cit. por Carapeto, 2010, p.17). Há, no entanto, que salientar, que Kent formula estas definições com base no termo específico IE e não simplesmente “Informações”, isto deve-se ao facto de lhe conferir um carácter distintivo de quaisquer outras Informações produzidas no âmbito doméstico do Estado (1965, cit. por Carapeto, 2010, p.18)

Ao nível dos atores estatais, as Informações possuem um significado mais restrito, geralmente, está relacionado às relações internacionais, à política externa, à DN e à segurança nacional e, portanto, ao segredo e às instituições designadas de Serviços de Informações (Herman, 2004, cit. por Menezes, 2012, p.8). As Informações são a informação necessária para atingir o objetivo final do Estado. Acompanhando o racional de Herman, o Professor Heitor Romana refere que numa definição alargada, “estas corresponderão ao conhecimento de elementos estáticos e dinâmicos úteis à escolha, regulação, orientação, monitorização e antecipação de medidas e ações consideradas como estruturantes ou axiais para o planeamento da condução da política dos programas governativos” (2008, cit. por Menezes, 2012, p.8). De acordo com o mesmo autor, a informação é recolhida e tratada ao nível dos gabinetes políticos sendo, após este processo, incorporada no processo da atuação da política corrente (Romana, 2008, cit. por Menezes, 2012, p.8).



A ideia conduzida pelo SNI é organizar, processar e implementar permanentemente certos requisitos do conhecimento secreto, o que é essencial para que os Estados possam perceber e influenciar a incerteza que lhes é imposta pelo meio externo, (Warner, 2009, cit. por Menezes, 2012, p.18), a fim de facilitar o processo de tomada de decisão, no quadro da política externa. Segundo o CEDN:

“[...] os serviços de informações constituem-se como incontornáveis instrumentos de identificação e avaliação de ameaças e oportunidades em cenários voláteis e complexos. As informações são um instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política, sobretudo em matérias de segurança e defesa.” (2013, p.31)

“A “inteligência” estratégica, [...] é determinante na efetiva realização do potencial estratégico do País. Valorizar esta dimensão significa privilegiar a qualidade das informações estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão” (CEDN, 2013, p. 9). Face ao exposto podemos assim inferir as IE como um vetor para a política externa.

2.1.1.2 Informações Militares

Num contexto militar, a determinação do objeto das IM, Informações, é iniciado ao nível político, com a identificação dos objetivos a atingir pelo país, e quais os obstáculos, que concorrem ou contestam esses interesses. (Silva, 2018, p.6). O mesmo autor refere que, depois através da análise das atividades, atitudes, intenções, sistemas de poder e sua empregabilidade, deduz-se que o objeto das IM são as ameaças militares efetivas e potenciais para uma unidade política, ameaças onde a mutabilidade é contínua. (Silva, 2018, p.6). As IM concretizam-se pelas “tarefas e atividades levadas a cabo por certas unidades específicas das Forças Armadas (FFAA) para recolher informação sobre um inimigo (atual ou potencial)” (wordpress.org, 2021). Por outro lado, Gomez (2005, cit. por Silva, 2018, p.6) crê que as IM contribuem para o esforço militar de um país como forma de alcançar o seu objetivo último, de apoiar a decisão política de prevenir a guerra. Através das IM, e com o contributo destas, numa última instância, pode-se garantir umas forças militares eficientes para defender a soberania nacional. No entanto Andriole (1984, cit. por Silva, 2018, p.6) toma as IM como:

“[...] centradas em todos os aspetos que caracterizam o poder militar de um Estado, em tempo de guerra ou de paz, tais como: dimensão das forças, equipamento, grau de prontidão, ordens de batalha, doutrina, infraestruturas,



estruturas de comando e controlo, organização ou outros elementos relativos à capacidade militar”.

Para efeitos deste estudo, a definição de IM a ter em conta é o “processo constante de recolha, processamento, análise e disseminação de um produto de apoio à decisão resultante de um interesse prévio e de necessidades identificadas pelos decisores com interesse militar” (Silva, 2018, p.7). Doutrinariamente, o fim das Informações leva a classificá-las em três níveis diferenciados: Estratégicas, Operacionais e Táticas. De acordo com o CEDN, as IE contribuem de forma direta para a Segurança e Defesa Nacional, para o presente estudo, apenas interessa caracterizar este nível de Informações. (Silva, 2018, p. 7) Segundo Carvalho (2009, cit. por Silva, 2018, p.7), “as Informações Estratégicas, têm como objetivo contribuir para a condução da política e da estratégia dos Estados, na perspetiva da sua Segurança Nacional, no quadro internacional.” Com a mesma visão, Kent (1965, cit. por Silva, 2018, p.7) considerava as IE como o conhecimento sobre o qual se baseia a política nacional ao mais alto nível, para fazer face a outros Estados, e considerava esse conhecimento de extrema importância para a soberania nacional. No entanto, a doutrina militar nacional, em conformidade com a da *North Atlantic Threat Organization* (NATO), designa por Informações Estratégicas Militares (IEM), as:

“Informações necessárias à formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional. Este é o mais alto nível de Informações, derivado das notícias ou informação, recolhidas em resposta às necessidades colocadas pelos governos nacionais, cobrindo todo o espectro de assuntos militares, diplomáticos, políticos e económicos, nacional e internacionais” (NATO, 2012, cit. por Silva, 2018, p.7).

De acordo com o CEDN, as IEM devem contribuir de forma considerável para “consolidar Portugal como coprodutor de segurança internacional. Os meios militares são uma componente fundamental de segurança do Estado e um fator de projeção do prestígio internacional de Portugal”. (CEDN, 2013, p.9).

Face ao apresentado anteriormente, pode-se depreender que as IEM, caracterizam-se pela capacidade de apoio à decisão política, no que diz respeito às suas componentes do instrumento militar nos seus vetores de emprego e nos demais instrumentos de poder influenciadores. (Silva, 2018, p.8)



2.1.1.3 Atual Estrutura do Sistema de Informações Militares

O CISMIL¹ “tem por missão assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar”. Faz parte do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e é chefiado por um Oficial General. Foi criado em 2010 para cumprir o papel de IM, no âmbito da reorganização do EMGFA. É o sucessor de vários serviços de informações militares conjuntos portugueses que existiram no passado, nomeadamente a 2ª Divisão EMGFA (1974–75), o Serviço Diretor e Coordenador de Informações (SDCI) (1975–1976), a DINFO (1977–93) e a Divisão de Informações Militares (DIMIL) (1993–97). A projeção da política externa portuguesa, pelo CISMIL pode ser efetuada pelas missões internacionais, da NATO, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE) que só têm sucesso com umas boas IM internas bem como através da cooperação com outras IM. O sucesso destas missões e a sua projeção a nível interno e externo, podem ser vistas como úteis para a projeção externa política de DN. A produção de IE, de defesa ou militares, nestas diferentes estruturas – SIED e CISMIL – constitui como finalidade última, o apoio à decisão política. Assim, importa realçar o contributo do CISMIL no SNI.

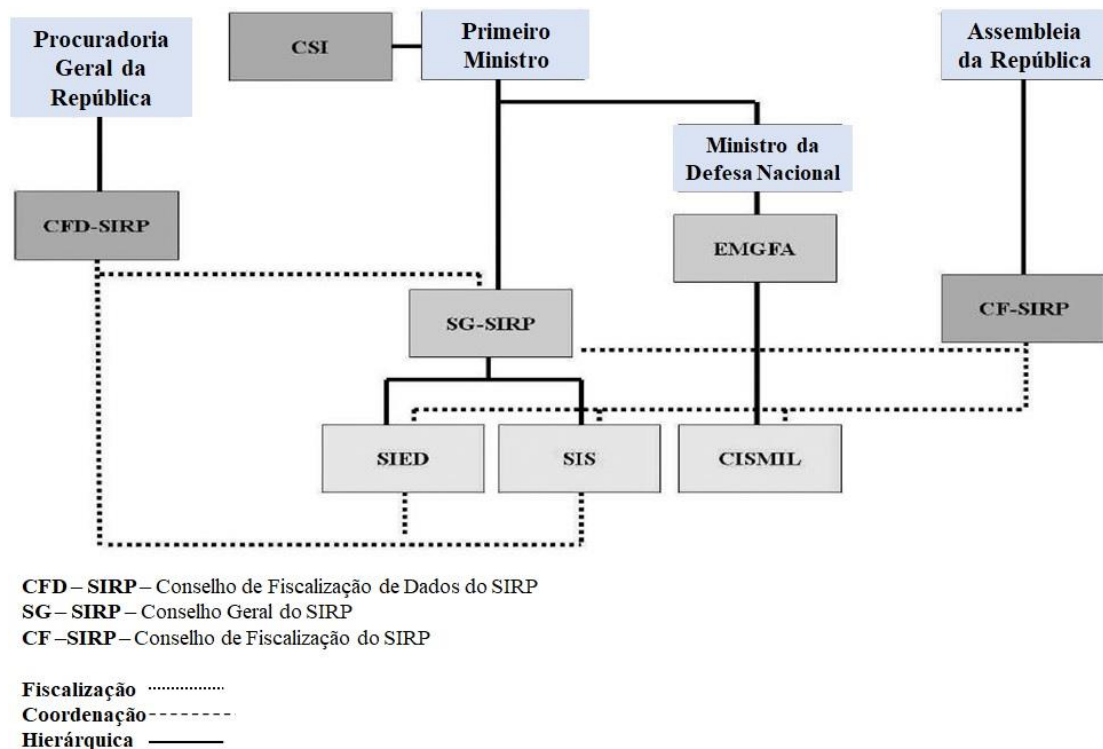


Figura 4 – Organograma de relações do SNI

Fonte: Adaptado a partir de Santos (2012) e de Governo de Portugal (2014a).

¹ Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (2015). Aprova a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Segundo Kent (1965, cit. por Silva, 2018, p.24), as “Informações são uma organização de pessoas que procuram alcançar o conhecimento através de peritos qualificados, que sabem ou podem ser informados sobre quais os problemas correntes da estratégia da política externa a fim de poderem produzir Informações úteis”. “No âmbito particular das IM, assume-se o CISMIL como a organização de Informações com responsabilidade de produção de IEM. Deste modo, o CISMIL é o órgão estratégico-militar e operacional com responsabilidade na produção de Informações, necessárias ao cumprimento das missões das FFAA e à garantia da Segurança Militar” (Assembleia da República, 2014, cit. por Silva, 2018, p.24). Para o cumprimento das missões e responsabilidades definidas, o CISMIL articula-se conforme a Figura 5.

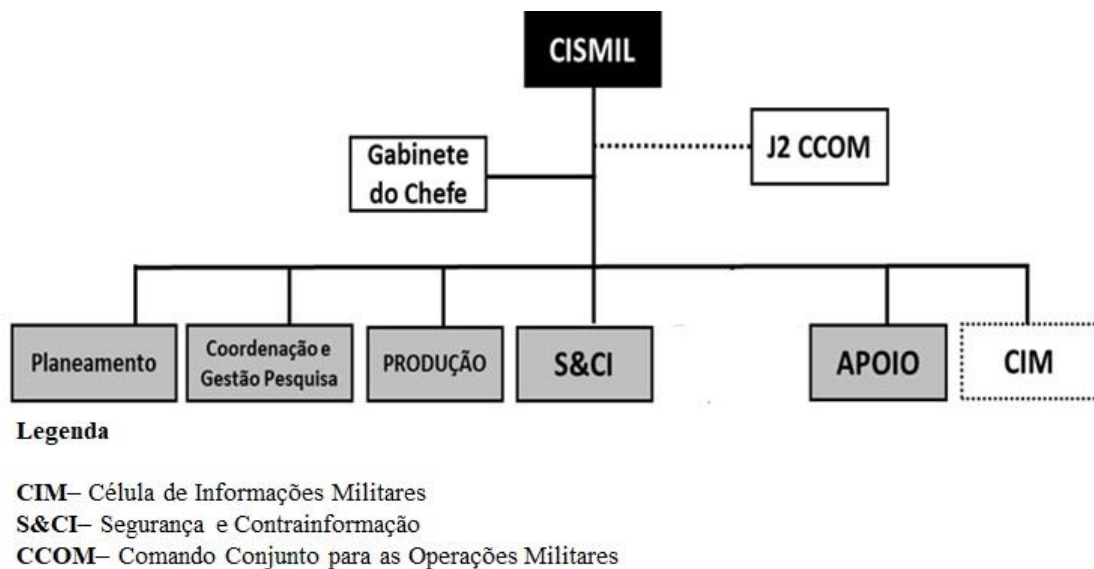


Figura 5 – Organograma do CISMIL

Fonte: Adaptado a partir de Governo de Portugal (2014b).

2.1.1.4 A Defesa Nacional e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional

A “Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de cinco de abril aprovou o CEDN, como a materialização de uma estratégia nacional do Estado.” (Silva, 2018, p.1) As orientações relevantes para a estratégia global a serem prosseguidas pelo Estado, tendo em conta os objetivos políticos de Segurança e Defesa Nacional (SDN), estão aclarados no CEDN (CEDN, 2013). Para este estudo, importa também salientar, que é no CEDN que se encontram identificados os interesses de Portugal “contribuinte para a promoção da paz e segurança internacional, através de uma rede de alianças estáveis e coerentes” (CEDN, 2013, p.6). O CEDN define as prioridades do Estado no que concerne à defesa, tendo em conta o interesse nacional como parte integrante da política de DN. Assim os recursos militares



assumem um fator de projeção internacional de Portugal, pois “O novo ambiente de segurança, as exigências das alianças externas obrigam a uma capacidade de resposta diferente das FFAA” (CEDN, p.8)

2.1.1.5 Enquadramento Legislativo

O CEDN de 2013 explana as linhas orientadoras da política estratégica para a SDN e “o sistema legal português prevê um conjunto de documentação enquadrante das atividades do SNI.” (Silva, 2018, p.19) A Lei de Defesa Nacional (LDN) identifica a responsabilidade das FFAA em cooperar com forças e serviços no combate a ameaças ou agressões transnacionais. (Silva, 2018, p.19) Por outro lado, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), destaca a responsabilidade do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) como o elemento responsável em garantir o apoio à decisão política, através da sua presença no Conselho Superior de Informações (CSI), ao assegurar as IE de interesse militar. O facto de legalmente o CEMGFA estar presente no CSI, com a finalidade de prestar apoio à decisão política, pode-se aferir que existe documentação legal que atribui ao CISMIL a responsabilidade de contribuir para o esforço de atingir a condição materializada pela Segurança Nacional e Defesa Nacional, com a produção de IE de interesse militar, que permitam apoiar a decisão política no prosseguimento e salvaguarda dos interesses nacionais (Silva, 2018, p.20).

O documento legal que molda a organização e atribuição do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) é a Lei de Quadros do SIRP (Lei Orgânica nº4/2014, de 13 de agosto). O Serviço de Informações Militares (SIM) não está integrado na estrutura do SIRP, nem previsto de forma formal, mas existem referências na lei enquadrante. A produção de informações necessárias à salvaguarda da Segurança, numa perspetiva interna e externa é assegurada pelo SIM, este tem ainda a responsabilidade de estabelecer canais de partilha de informações entre os demais Serviço de Informações (SI). No entanto, a interpretação da legalidade de uma lei está intimamente associada à análise de cada indivíduo (Silva, 2018, p.19).

2.1.1.6 Conceito de Política

A palavra política² provém do grego “*politéia*”. Refere-se a tudo relacionado a *polis* (Cidade-estado) e à vida em coletividade. A política está relacionada diretamente com a vida em sociedade, permite que cada indivíduo expresse as suas diferenças e conflitos sem que isso seja transformado num caos social.

² Conceito retirado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica> (26 de setembro de 2021)



Assim, a política surgiu para garantir a estabilidade social, e a entidade máxima que garante essa estabilidade é o Estado. O poder político, exercido pelo mesmo, tem relação direta com o direito de coerção e uso legítimo da força física. Desta forma, para garantir os interesses da sociedade em geral, o Estado pode, de forma ímpar, utilizar a força coercitiva. Maquiavel, na obra “O Príncipe”, refere que o que move a política é a luta pela conquista e pela manutenção do poder, segundo ele, os fins deveriam justificar os meios, ou seja, o Estado poderia usar a força física de forma legítima, com a finalidade de manter a ordem, soberania e bem-estar social.

A Segurança e a Defesa Nacional, sempre foram objetivos políticos fulcrais para a salvaguarda dos interesses de um Estado. As Informações atuam perante a manutenção destes dois objetivos, constituindo-se assim como um instrumento essencial para a tomada de decisão política.

2.1.1.7 Política Externa de Defesa

O mundo de hoje, o relacionamento entre os diferentes países é feito de forma pensada e planeada, de acordo com seus interesses e objetivos. Esse planeamento é chamado de política externa. A política externa é um conjunto de medidas, decisões e programas utilizados pelo governo de um país, isto é, uma política pública. O objetivo dessa política é projetar e direcionar suas ações políticas para o exterior.

O mundo em geral e Portugal em concreto, “depara-se com ameaças de cariz global, em que as fronteiras físicas e políticas de interesse, deixam de ser as materializadas apenas pelo território nacional” (Silva, 2018, p.14). As fronteiras das principais alianças – UE e NATO, passam também a fazer parte das fronteiras nacionais. Passa a existir uma “articulação dos meios civis e militares nas respostas aos desafios de Segurança” (CEDN, 2013, p.21), a manutenção da DN: “atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (art. 273. Título XX. Capítulo V da Constituição da República Portuguesa). Estes objetivos devem ser prosseguidos em termos que garantam a sua inserção numa visão mais holística e, por isso, coordenáveis a um nível correspondente do Poder Político. A política de DN assume-se como um exercício integrado, contributivo para a realização dos propósitos gerais apontados pela lógica constitucional e não como um mero somatório de políticas. A DN é fundamental na existência de Portugal e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos. Um acordo social é requerido na construção da



respetiva estratégia de defesa. A LDN³ define os princípios gerais de DN, e as responsabilidades e atribuições aos órgãos do Estado. O art.º 24º do capítulo V, na sua alínea e), refere que nos termos da Constituição e da lei, incumbe às FFAA (Silva, 2018, p.15), “cooperar com as forças e serviços de segurança, tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais.” (LDN, p.30)

2.1.1.8 Defesa Nacional e Informações Estratégicas

Para alcançar o sentimento de segurança, importa cada vez mais mitigar uma ameaça caracterizada por ser difusa, imprevisível e transnacional (CEDN, 2013, cit. por Silva, 2018, p.10). Deste modo, “pode-se concluir que as informações estratégicas, de interesse militar ou não, concorrem de forma incisiva para a prossecução dos demais intervenientes contribuintes para as atividades decorrentes da própria execução da DN” (Silva, 2018, p.10).

O CEDN define que “as Informações Estratégicas, são determinantes na efetiva realização do potencial estratégico do País. Valorizar esta dimensão, significa privilegiar a qualidade das Informações Estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão” (CEDN, 2013, p.9). Verifica-se que no CEDN, o conceito de ação estratégica nacional identifica-se com a importância de valorização das IE, por um lado, e por outro, dos “serviços de informações, constituírem-se como incontornáveis instrumentos de identificação e avaliação de ameaças e oportunidades em cenários voláteis e complexos” (2013, p.31). As informações podem assim ser caracterizadas como um “instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política sobretudo em matérias de Segurança e Defesa” (CEDN, 2013, p.32). Pode-se deduzir que as IE, enquanto fator mitigador de incertezas e difusidade das ameaças que podem por em causa a DN.

2.1.1.9 Eficácia

A eficácia⁴ é a capacidade de cumprir os objetivos pretendidos. A relação entre a eficácia e a eficiência é complexa, porque é uma relação indireta. A eficácia é uma afirmação independente, enquanto a eficiência é uma condição, que nem sempre está ligada à eficácia. Ou seja, eficiência tem a ver com dinamismo e rapidez e eficácia tem a ver com durabilidade e qualidade.

³ LDN - Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto, altera a Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho

⁴ Conceito retirado de eficacia | Definição ou significado de eficacia no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (infopedia.pt) (30 de setembro de 2021)



2.2 Modelo de Análise

A investigação desenvolveu-se tendo por base o modelo de análise apresentado na Figura 6:

Objeto	As Informações Militares enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional				
Delimitação	Temporal	No momento atual			
	Espacial	CISMIL			
	Conteúdo	Informações Militares			
Estratégia	Qualitativa				
Raciocínio	Dedutivo				
Design de pesquisa	Estudo de caso				
Objetivo Geral	Questão Central				
Avaliar as IM enquanto instrumento contributivo para a política externa de defesa nacional	De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional?				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha e tratamento de dados
Analisar a tipologia de produtos e atividades decorrentes das IM, para a política externa de defesa nacional.	Quais os produtos e atividades decorrentes das IM, potencialmente contribuintes para a política externa de defesa nacional?	<ul style="list-style-type: none">• Informações• Defesa Nacional	<ul style="list-style-type: none">• Militar	Atividades Produto	<ul style="list-style-type: none">• Análise Documental e entrevistas semiestruturadas
Analisar as IM enquanto vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional.	De que modo podem as IM se constituir como vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional?	<ul style="list-style-type: none">• Informações Militares• Política• Eficácia	<ul style="list-style-type: none">• Política Externa• Legalidade• Estruturas	Quadro legislativo (Responsabilidades) Objetivos Estratégicos da DN Níveis de Ligação (Coordenação, Comunicação, Colaboração, Partilha)	<ul style="list-style-type: none">• Análise Documental e entrevistas semiestruturadas

Figura 6 - Modelo de Análise



3. Metodologia e método

Para a realização da presente investigação, do Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea (CPOS – FA) 2021/2022 1ª edição, adotou-se uma abordagem metodológica apoiada no manual “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação” (Santos, et al., 2019), assim como nas Normas de Execução Permanente (NEP) do Instituto Universitário Militar (IUM), (NEP/INV - 001 (A1), 2020) e (NEP/INV - 003 (A3), 2020).

Neste capítulo, apresentam-se a metodologia e método seguidos na presente investigação.

3.1 Metodologia

O presente estudo insere-se no domínio das Ciências Militares, designadamente na área de investigação das Operações Militares (OM), (Decreto-Lei nº 249/2015, 2015).

Segundo Santos, et al. (2019, p.19) o processo de raciocínio dedutivo “tem a sua origem na conceção racionalista das ciências”, onde as “conclusões são obtidas, através de um raciocínio lógico” e quando encontradas, são irrefutáveis nesse sentido este estudo seguirá um raciocínio dedutivo, assumindo a premissa de que o CISMIL é um órgão que produz informações militares, no entanto, pretende-se avaliar se essas informações funcionam como instrumento contributivo para a política externa de DN, essa ilação decorrerá com base na legislação nacional, artigos, trabalhos de investigação, monografias e obras relacionados com esta temática, bem como das entrevistas realizadas a peritos permitindo assim que as conclusões identifiquem contributos para o conhecimento, limitações e sugestões para estudos futuros.

A metodologia científica a seguir na elaboração do presente trabalho assenta numa estratégia qualitativa uma vez que se pretende identificar pontos possíveis de serem explorados na investigação, através, por um lado, da recolha de dados provenientes de entrevistas a especialistas ou com responsabilidades organizacionais por inerência do cargo, e por outro, da análise documental enquadrante. O desenho de pesquisa é estudo de caso uma vez que o seu objeto de estudo assenta na compreensão, através da exploração do comportamento, das “visões” e das experiências dos especialistas entrevistados, complementando-se com o recurso à análise documental (Santos & Lima, 2019, pp.113-125).

Desta forma, e por forma a atingir o OG proposto, foi considerado o seguinte percurso metodológico:

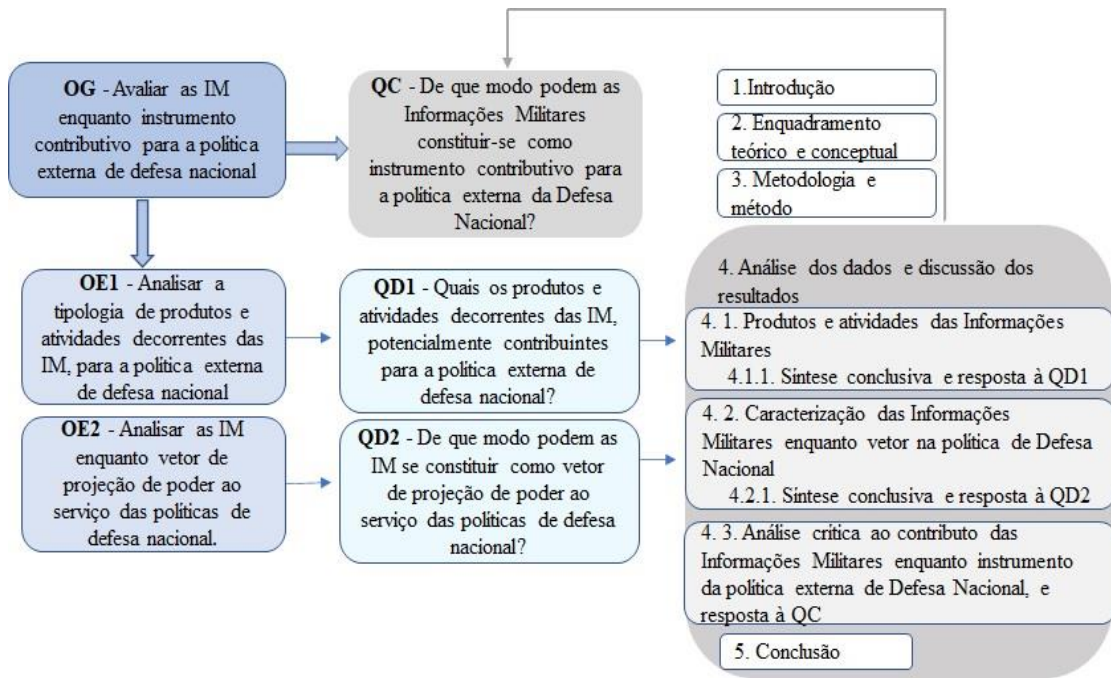


Figura 7 – Percurso Metodológico

3.2 Método

3.2.1 Participantes e procedimento

Efetuaram-se seis entrevistas semiestruturadas, a entidades com relevância na temática abordada, conforme se pode observar na Quadro 1. A realização das entrevistas foi conduzida por videoconferência e presencialmente no período decorrente entre 26 de novembro e 28 de dezembro de 2021, estando os guiões das questões orientadoras e a síntese das respetivas respostas nos Apêndices D e E, respetivamente.

Quadro 1 - Entrevistados e respetivos cargos

Cargo dos Entrevistados	Posto	Especialista
Ex - Subdiretor do SIEDM	TGEN	Manuel Vizela Cardoso
Último Chefe do CISMIL	CALM	Pedro Proença Mendes
Último Subdiretor da DGPDN	BGEN	Nuno Lemos Pires
Atual Subdiretora da DGPDN	BGEN	Ana Baltazar
Último Chefe da Repartição de Pesquisa e Gestão Pesquisa do CISMIL	CMG	Paulo Paiva Lopes
Chefe da Repartição de Produção do CISMIL	COR	Armando Leitão

3.2.2 Instrumentos de recolha de dados

Considerando a especificidade do objeto e da abordagem qualitativa da investigação, optou-se por uma técnica de recolha de dados baseada em entrevistas semiestruturadas [...] na análise documental e de conteúdos, onde se inclui os estudos de caso (Santos, et al., 2019,



p.28), cujo guião de questões orientadoras e síntese/agrupamento das respostas se podem observar nos Apêndices D e E. A escolha das entrevistas semiestruturadas, prende-se com o facto de esta investigação ter um carácter de identificação das IM, enquanto instrumento contributivo para a política externa de DN, requerendo para tal aos entrevistados, flexibilidade no discurso que lhes permitisse reflexão sobre as respostas.

Os instrumentos de recolha de dados foram selecionados de acordo com a estratégia qualitativa da presente investigação (IUM, 2019), sendo que nas diferentes fases da investigação, foi utilizada a análise documental, nomeadamente, doutrina nacional e NATO, legislação, artigos de publicações da especialidade, trabalhos académicos do IUM devidamente complementados com as seis entrevistas semiestruturadas.

3.2.3 Técnicas de tratamento dos dados

No que refere à fase analítica desta investigação, efetuou-se uma análise de conteúdo às entrevistas semiestruturadas, que se baseou no agrupamento de segmentos de resposta. Importa ressaltar que a avaliação do estudo de caso e das entrevistas considerou os princípios orientadores das dimensões e dos indicadores apresentados no mapa conceptual. Os dados obtidos nas entrevistas, são apresentados sob a forma de transcrições ou interpretações no corpo do trabalho.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo serão analisados os produtos e as atividades associados às IM, a fim de perceber estas enquanto instrumento contributivo para a política externa de DN. De seguida, pretende-se caracterizar as IM enquanto vetor na política de defesa nacional.

Por último, identificar-se-ão contributos das IM enquanto instrumento da política externa de defesa nacional.

Neste capítulo pretende-se construir uma ponte entre os conhecimentos académicos e as descobertas empíricas, sendo o objetivo apresentar uma abordagem holística de modo a elencar os fatores propícios para o processo contributivo das IM na política de DN.

4.1 Produto e atividades das Informações Militares

O produto⁵, do latim *productus*, é algo fabricado ou produzido. Esta definição é bastante abrangente, permite que objetos muito diversos sejam incluídos dentro do conceito geral de produto. Nesse contexto, e no âmbito concreto das informações, o produto deve ser tido como sendo “[...] conhecimento produzido, referem-se ao resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente, o decisor a diferentes níveis.” (Silva, 2018, p.28)

Por outro lado, atividade⁶, tem origem do latim *activitāte*, e é a capacidade de efetuar ou realizar um ato ou uma ação, aglomerado de ações ligadas numa determinada ordem para uma determinada finalidade. Numa perspetiva das informações, atividade, refere-se aos “meios pelos quais certos tipos de informação são requeridos, através de uma orientação de pesquisa, processados, analisados e difundidos” (Gonçalves, 2008, cit. por Silva, 2018, p.26). O “CISMIL assume a responsabilidade de no âmbito das suas competências desenvolver um conjunto de atividades para a produção de Informações em apoio à decisão estratégica, bem como à salvaguarda da segurança militar.” (Silva, 2018, p.159).

Tabela 1 – Fatores contributivos das IM para a política externa de Defesa Nacional

Informações Militares	Indicadores
Briefings a entidades, a FND	
Briefings diários, semanais ou especiais (e.g. Assembleia da República)	
Mensagens classificadas partilhadas a entidades com interesse e com SIED	
Relatos, relatórios	Produtos
Publicação (e. g. <i>Nato Strategic Intelligence Estimate</i>) CISMIL redator	
Todas as disciplinas doutrinárias da <i>Intel</i> (e.g. <i>humint</i>, <i>imint</i>)	
Informações	
Pesquisa sobre determinada área e/ou assunto	Atividades

⁵ Conceito retirado de Conceito de produto - O que é, Definição e Significado (29 de dezembro de 2021)

⁶ Conceito retirado de Significado de Atividade - O que é, Sinónimos e Conceito no Dicionário (lexico.pt) (29 de dezembro de 2021)



Análise de dados

Células de Informação no estrangeiro

Monitorização das preocupações/ameaças

Estabelecimento de contactos para obter informação

Como refere o A. Leitão (entrevista presencial, 07 de dezembro de 2021) “[...] os produtos de Informações visam, em primeira instância, satisfazer as necessidades informacionais do destinatário final”. Assim sendo, é necessário perceber, que produtos são necessários elaborar para cumprirem tendo em vista o anteriormente mencionado. “Os produtos são documentos escritos (relatórios) ou verbais (briefings).” (A. Leitão, *op.cit.*). Para P. Lopes (entrevista por videoconferência, 22 de dezembro de 2021):

“[...] todas as disciplinas de *Intel* previstas doutrinariamente constituem um produto. [...] *humint*⁷, *imint*⁸ monitorização de capacidades, monitorização de pessoas, todas essas atividades contribuem para garantir que a política externa de defesa nacional é devidamente alicerçada em informação de valor. [...] há vários produtos desde relatórios, relatórios flash, relatórios ponderados, relatórios analíticos”.

No entender de M. Cardoso (entrevista presencial, 28 de dezembro de 2021):

“Os produtos que resultam da atividade dos serviços de informações [...] permitem obter o conhecimento indispensável para apoiar as decisões de âmbito político e militar. As informações estratégicas visam recolher e produzir a informação necessária para garantir a independência nacional, a integridade do território e a segurança do Estado [...] um prévio conhecimento do inimigo (atual ou potencial), tão completo quanto possível, bem como de outros fatores que influenciem a manobra a eleger, como sejam as características da área de operações, as condições meteorológicas e outros.”

Segundo P. Mendes, (entrevista presencial, 26 de novembro de 2021):

“[...] produtos, isto é alimentar parceiros; temos briefings com as entidades [...] por exemplo temos uma Força Nacional Destacada (FND) e nós fazemos um briefing em que contamos às pessoas aquilo que esperam a todos os níveis: ao nível político, militar, económico e este é o conhecimento [...] Informações de interesse sobre o teatro onde as pessoas vão ser projetada. Outros produtos, são os briefings diários e semanais ou especiais, no Comando Conjunto para as

⁷ *Human Intelligence*

⁸ *Imagery Intelligence*

Operações Militares (CCOM) todos os dias há um pequeno briefing de manhã sobre os sítios onde estão as nossas FND, começa pela situação de *Intelligence*, o que é que aconteceu, o que é que está para acontecer, como é que estão as coisas, [...], uma análise TESSOC (terrorismo, espionagem, subversão, sabotagem, crime organizado).”

As Informações são múltiplos dados interrelacionados que, por si só, têm um valor pouco qualitativo. As informações são o produto produzido, referem-se ao resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente, o decisor a diferentes níveis (Figura 8).



Figura 8 – Relação entre dados, informação e informações

Fonte: Silva (2018, p.157).

As atividades, como afirma P. Mendes (*op.cit.*):

“...começam por produzir um documento de Informações, [...] um *Request for Information* (RFI) pode ser interno, externo [...] uma área vai procurar tudo o que há sobre esse assunto seja em fontes abertas, seja em fontes seguras (bases de dados seguras), redes sociais, sites, publicações, bases de dados das agências noticiosas, serviços que subscrevemos, [...]. Há uma repartição que elabora a realização e gestão de pesquisa que recolhe tudo o que há sobre aquele assunto e entrega ao analista da área ou do tema. [...] Como atividade existem também as células de Informações, na República Centro Africana (RCA) por exemplo, que vai desenvolvendo ligações com organismos estrangeiros que também lá estão, organismos locais [...].”

Refere ainda, que existe um acordo bilateral entre Portugal/RCA, através do qual são elaboradas reuniões, destas pode sair o produto que deve ser corroborado através de outras fontes, que poderão não ser da área das Informações.

4.1.1 Síntese conclusiva e resposta à QD1

Da análise dos resultados foi possível inferir que os produtos e as atividades fazem parte de um processo dinâmico, multifacetado, que ocorre de forma progressiva, e que visam, em primeira instância, satisfazer as necessidades informacionais de um destinatário ou cliente final. Nesse sentido, o produto, são as Informações obtidas que os utilizadores necessitam saber. As IM, como afirma M. Cardoso (*op.cit.*) na sua entrevista, “[...] procuram o conhecimento desse inimigo, provável ou atual, através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias”, são definidos pelos decisores os requisitos de pesquisa, o que querem saber, as prioridades e os prazos. São atribuídas tarefa aos serviços, estes pesquisam, obtêm as notícias, analisam e transformam numa Informação, para o apoio à tomada de decisão, esquematizado na Figura 9.

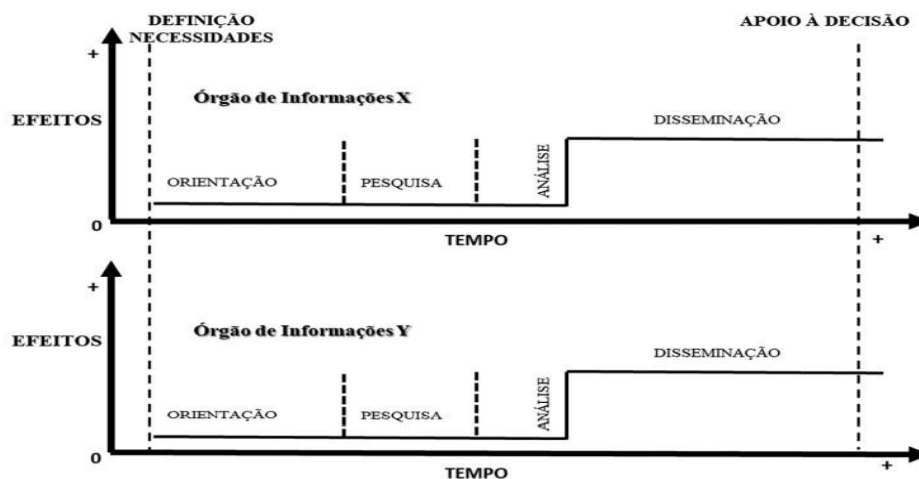


Figura 9 – Gráfico explicativo dos efeitos conjugados durante o Ciclo de Produção de Informações (CPI)

Fonte: Silva (2018, p.167)

Como afirma A. Baltazar (entrevista por videoconferência, 21 de dezembro de 2021):

“No essencial a Informação que recebemos é para ajudar na tomada de decisão. [...] a Informação pode servir para uma tomada de decisão, mas naquilo que nós fazemos, pode também ajudar a planear ou a desenvolver os conceitos, que para uma situação idêntica e tendo em vista o que aconteceu e sabemos que aconteceu, temos uma estratégia definida para que numa próxima vez, se possa fazer diferente. [...] o ideal é construirmos políticas que sejam pensadas também



com base em *Intel*, e a Informação que nós recebemos, ajuda-nos a construir ideias para o nosso país.”

Elencando os fatores potenciadores e identificando as causas subjacentes dentro dos diferentes níveis de análise, considera-se respondida a QD1 – “Quais os produtos e atividades decorrentes das IM, potencialmente contribuintes para a política externa de Defesa Nacional?”.

4.2 Caracterização das Informações Militares enquanto vetor na política de Defesa Nacional

As IM, na perspetiva de Gomez (2005, cit. por Silva, 2018, p.6), contribuem para assegurar uma capacidade militar eficaz na defesa da soberania nacional e o esforço militar de um país na tentativa de alcançar o seu objetivo último - apoiar a decisão política na prevenção da guerra. De acordo com P. Lopes (*op.cit.*):

“[...] a grande preocupação das IM é aquilo que ameaça o nosso espaço estratégico de interesse nacional, ou conjuntural. Tendo presente os sistemas que estão montados de conhecimento, de garantir o conhecimento situacional através de políticas de responsabilidade de partilhar informação. Toda esta responsabilidade em partilhar informação, funciona para contribuir para a salvaguarda do interesse nacional.”

As linhas estratégicas concorrentes para a SDN, estão explanadas no CEDN de 2013, decorrentes das orientações políticas de Portugal. Este documento, destaca assim a “importância da mitigação de uma ameaça cada vez mais difusa e dissimulada, através da otimização de emprego das IE no apoio e salvaguarda dos interesses nacionais” (Silva, 2018, p.19). Assim ao SIED e ao CISMIL, constitui-se como finalidade última, o apoio à decisão política.

“Em 2018, o SIRP e o EMGFA, através do CISMIL, terão feito uma parceria, uma colaboração na partilha de Informações. E para mim, só faz sentido dessa forma, que o Sistema de Informações em Portugal, aos vários níveis partilhem informação”. (A. Baltazar, *op.cit.*)

Segundo Kent (1965, cit. por Silva, 2018, p.24), as “Informações são uma organização de pessoas que procuram alcançar o conhecimento através de peritos qualificados, que sabem ou podem ser informados sobre quais os problemas correntes da estratégia da política externa a fim de poderem produzir Informações úteis.”



No âmbito das competências definidas nos documentos legais enquadrantes, o CISMIL participa em fóruns periódicos de produção e partilha de informações em ambiente NATO, decorrentes de atividades de cooperação, ligação e pesquisa (Silva, 2018, p.27). Estes fóruns permitem ao CISMIL assegurar uma capacidade de fornecer uma *situational awareness* internacional, possibilitando o apoio à decisão política na vertente dos compromissos internacionais assumidos concorrentes para a segurança cooperativa e defesa coletiva da NATO (Nascimento, 2018, cit. por Silva, 2018, p.160). Ainda num contexto de emprego internacional, existe a ligação com os Adidos de Defesa e Militares nacionais. Neste âmbito, devem os Adidos, entre outras responsabilidades: apoiar o Embaixador em questões da Defesa e de natureza militar; manter o CEMGFA e a DGPDN permanentemente informados; manter contactos com as instituições militares do país anfitrião visando a troca de informações e a cooperação militar entre os dois Estados (CISMIL, 2017, cit. por Silva, 2018, p.161). Como refere A. Baltazar (*op.cit.*):

“[...] na minha experiência de três anos como adido de defesa, o adido de defesa é suposto ser, também, alguém que recolhe dados, que serão analisados pelos os analistas que os transformarão em Informações. Os adidos recolhem os dados, não têm formação para os tratar, mas cheguei a dizer que até poderia ser interessante terem alguma formação nessa área. [...] dos militares em geral, ter alguma formação ao nível da recolha de dados, [...] qualquer um de nós pode ser projetado para algum lado.”

Pode-se deduzir que a eventualidade de acesso a informação privilegiada por parte do CISMIL, através da ligação com os Adidos ou de fóruns, poderá consolidar um vetor de ligação relevante com parceiros, como por exemplo a NATO, a UE e a nível interno o SIED.

Como reitera P. Mendes (*op.cit.*) existe:

“[...] um acordo entre o EMGFA e o SIRP para troca de Informações e para troca de formação. Com o SIED temos acordos de troca de Informações e temos missões conjuntas, treino conjunto, formação conjunta. Temos uma célula de Informações na RCA para proteger, para antecipar quaisquer problemas que possam acontecer com o nosso pessoal, e é composta por cinco militares e um civil do SIED [...] fazemos briefings conjuntos, fazemos troca bilaterais, reuniões onde, por exemplo o tema é Moçambique, o SIED diz o que sabe, o CISMIL diz o que sabe e discutimos. E fazemos um *agreed*, um *assessment* acordado, trabalhamos diariamente. Existe uma ligação estreita com o SIED.”



Keegan (2003, p.5) alude que, as Informações não são o garante da decisão acertada, nem da verdade. Todavia, numa sociedade contemporânea, são tidas como “elemento crucial numa democracia e um instrumento essencial para apoio à decisão política” (Gomes, 2018, cit. por Silva, 2018, p.1). Como refere P. Lopes (*op.cit.*):

“No ambiente militar, as informações militares contribuem para enriquecer um processo, a decisão política ao mais alto nível. [...] para se formar uma opinião, eu preciso de informação económica, social, política, militar, diplomática, [...] todos esses componentes apoiam uma tomada de decisão ao nível de relações externas. As informações militares contribuem para a formação dessa opinião. E qual é a principal preocupação das informações militares? É garantir que sabemos qual é que é: a intenção de quem nos ameaça; as capacidades dessa ameaça; as atividades que eles fazem com essas capacidades e garantir que eles não têm oportunidade de utilizar essa capacidade.”

As IM são “[...] uma componente. O poder político dispõe de todas as componentes para tomar uma decisão.” (P. Lopes, *op.cit.*).

M. Cardoso (*op.cit.*) refere que:

“[...] informações militares (estratégicas) constituem um vetor vital do Estado, contribuindo para o apoio à política externa, na medida em que são: um instrumento fundamental de decisão política; um instrumento de coação ou de dissuasão estratégica; um instrumento de poder do Estado; um instrumento de coerência entre a política externa e a política interna do Estado; um instrumento de prevenção de riscos à segurança do Estado.”

Pode-se deduzir que as IM podem-se consolidar como um vetor de ligação revelante na política de DN. No entanto para Mintz e DeRouen (cit. por Menezes, 2012, p.52), “a essência das decisões de política externa é um processo de decisão levado a cabo de forma interativa e consistindo numa sequência de decisões tomadas num específico período temporal”.

4.2.1 Síntese conclusiva e resposta à QD2

A análise das entrevistas sugerem que as IM poderão em algumas circunstâncias atuar como vetor na política de DN, “o processo sistemático de recolha, processamento, análise e disseminação de um produto de apoio à decisão, decorre da prévia manifestação de necessidades identificadas pelos decisores” (Silva, 2018, p.7), levando a que estes tenham vantagem na decisão em relação ao adversário.



As IM são observadas nos diferentes níveis: político, económico, militar e social, nas suas alianças estratégicas, nas relações com o SIED, na ligação com os adidos, nas cooperações técnico-militares, que podem levar ao comprometimento e obtenção de conhecimento e constituir como vetor de projeção de poder de um Estado nas suas políticas externas de defesa.

Verificou-se que um aconselhamento flexível e oportuno aos decisores políticos. efetuado pelas IM, tem um papel fundamental na atenuação da ameaça, na persecução dos objetivos e salvaguarda dos interesses nacionais.

Perante o exposto neste subcapítulo considera-se respondida a QD2 – “De que modo podem as IM se constituir como vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional?”.

4.3 Análise crítica ao contributo das Informações Militares enquanto instrumento da política externa de Defesa Nacional e resposta à QC

Resultante do conhecimento originado, e como resultado da investigação, elencou-se também um conjunto de lacunas e recomendações, enquadradas nas dimensões em estudo, estas últimas com o objetivo de contribuir para a otimização das medidas mitigadoras implementadas e eliminação das lacunas detetadas.

Quadro 2 – Análise das respostas sobre as lacunas e recomendações nas IM

Vetor	Extrato de resposta
Lacunas	“[...] é a dimensão deste serviço, [...] pequeno, mas com relações, com militares e portugueses pelo mundo todo e é difícil [...] cobrir as áreas todas.”
	“[...] não há uma especialidade, especialização nesta área.”
	“[...] ter permanência suficiente [...], há uma rotatividade muito grande.”
	“[...] os recursos humanos que faltam.”
	“[...] os limites, os mandatos, a parte legal [...] pode ou não fazer escutas.”
	“[...] dificuldade financeira.”
	“[...] Os adidos recolhem os dados, não têm formação para os tratar.”
	“[...] não existir órgãos. [...] não há formação, não há meios de pesquisa, não há meios financeiros [...].”
Recomendações	“[...] a nível tático, [...] a guerra já não é como era antigamente.”
	“[...] deveria “reconstituir-se” um serviço de informações militares, à semelhança do que já existiu na altura em que foi criado o SIRP (Lei nº30/84, de 05Set) e no qual esteve integrado até 1998, quando foi extinta a DINFO (Dec. Lei nº 158/98, de 34Jun).”
	“[...] O CISMIL, [...] deveria atuar como principal órgão diretor para a coordenação de estado-maior das atividades de informações e contra - informação nas Forças Armadas.”
	“[...] quem está numa FND e está a sentir e a ver o que se está a passar, se tiver formação nessa área, na área de recolha de dados, acho que é importante e contribui para o aumento da qualidade da Informação que depois é produzida.”
	“[...] desenvolvimento tecnológico [...].”
	“[...] uma carreira de informações militares.”
	“[...] necessário garantir [...] alimentação de recursos, [...] humanos, recursos financeiros e recursos informacionais.”
“[...] investimento, formação, com equipamento, [...] atualizar as nossas capacidades e valências.”	



De igual modo, e como resultado da investigação, inferiu-se um conjunto de respostas convergentes e divergentes dos entrevistados, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Análise sintética das entrevistas e de bibliografia

Aspetos	Análise entrevistas	Análise bibliográfica
Convergentes	Trabalho em rede com parceiros/cooperação permite colmatar lacunas de Informação	“Alden e Aran (2017), afirmam ser de extrema importância a existência de Instituições coesas e aptas, a responder de forma eficiente às ameaças, e assim, contribuir para a [...] segurança do sistema internacional.” (p.1)
	Acordos entre o EMGFA e o SIRP, essencialmente com o SIED	“[...] desinvestimento gradual dos Estados ocidentais.” (p.1)
	Não existe um Sistema de Informações nacional	“[...] Estados atribuírem elevada importância à capacidade de antecipação de ameaças e formulação de resposta, pois é fulcral para a salvaguarda dos seus interesses, [...] contribui para a otimizada execução da tomada de decisão,” (p.2)
	As IM são relevantes na perceção das ameaças de interesse nacional	“[...] Estado democrático, as estratégias adotadas pelos decisores políticos ambicionam a defesa do interesse nacional, garantindo a independência, soberania...” (Ribeiro, 2010, cit. por Macedo, 2019, p. 18) (p.2)
	Contribui para a salvaguarda do interesse nacional e internacional	“[...] importância das decisões ao nível da política externa, que se reflete no interior do Estado como consequência das políticas adotadas. É necessária uma geopolítica idealizada por parte dos atores que têm relevância na execução da modalidade de ação na política externa. A Informação recolhida dessa geopolítica é baseada essencialmente das perceções dos atores sobre o ambiente que os envolve, e remete para o aviso de possíveis ataques contra a integridade das instituições democráticas (Dodds, 2007, cit. por Macedo, 2018, p. 3).” (p.2)
	Monitorizar ameaças e comunicar para cima	“[...] conjunto de atividades que visam pesquisar e explorar notícias em proveito de um Estado.” (p.5)
	As IM são suficientes e eficazes para aquilo que é solicitado	“[...] apropriadamente difundidas e consideradas pelos responsáveis pela tomada de decisão.” (p.5)
	São um pré-aviso num conflito	“[...] significam conhecimento, nomeadamente, aquele que os decisores políticos e militares do mais alto nível necessitam e devem dispor para garantir o bem-estar nacional face a pretensões antagónicas de outros estados.” (p.5)
	Falta de rh, recursos financeiros e especialização	“[...] determinação do objeto das IM, Informações, é iniciado ao nível político...” (p.6)
	Carreira profissional, menos rotatividade	“[...] concretizam-se pelas “tarefas e atividades levadas a cabo por certas unidades específicas [...] e com o contributo destas, [...] garantir umas forças militares eficientes para defender a soberania nacional.” (p.6)
	Afeta diretamente, a forma como nos devemos posicionar em termos de decisão política no que diz respeito às missões	
	O decisor político e/ou militar é que decide o que se monitoriza, o objeto das IM	
	Os produtos são contributos, são Informações adquiridas através das atividades e são utilizados para a tomada de decisão a nível superior	



		<p>“[...] sucesso com umas boas IM internas bem como através da cooperação com outras IM [...] exigências das alianças externas...” (p.8 e 9)</p> <p>“[...] contribuinte para a promoção da paz e segurança internacional, através de uma rede de alianças estáveis e coerentes.” (p.9)</p> <p>“O Serviço de Informações Militares (SIM) não está integrado na estrutura do SIRP, nem previsto de forma formal, mas existem referências na lei enquadrante. A produção de informações necessárias à salvaguarda da Segurança, numa perspectiva interna e externa é assegurada pelo SIM, este tem ainda a responsabilidade de estabelecer canais de partilha de informações entre os demais Serviço de Informações (SI).” (p.10)</p>
Divergentes	Não existe decisão estratégica	“As informações são um instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política, sobretudo em matérias de segurança e defesa.” (p.6)
	Enquadramento legal mais robusto definir melhor as modalidades ação	
	IM só atuam na parte operacional	“Informações Estratégicas, têm como objetivo contribuir para a condução da política e da estratégia dos Estados.” (p.7)
	Falta de formação	

Face ao exposto, deduz-se seguidamente um conjunto de elementos que, numa abordagem holística procura suportar a resposta à QC: a IM enquanto instrumento da política externa de DN, com recurso à ferramenta de análise *SWOT*⁹, conforme apresentado na Figura 10.

⁹ *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

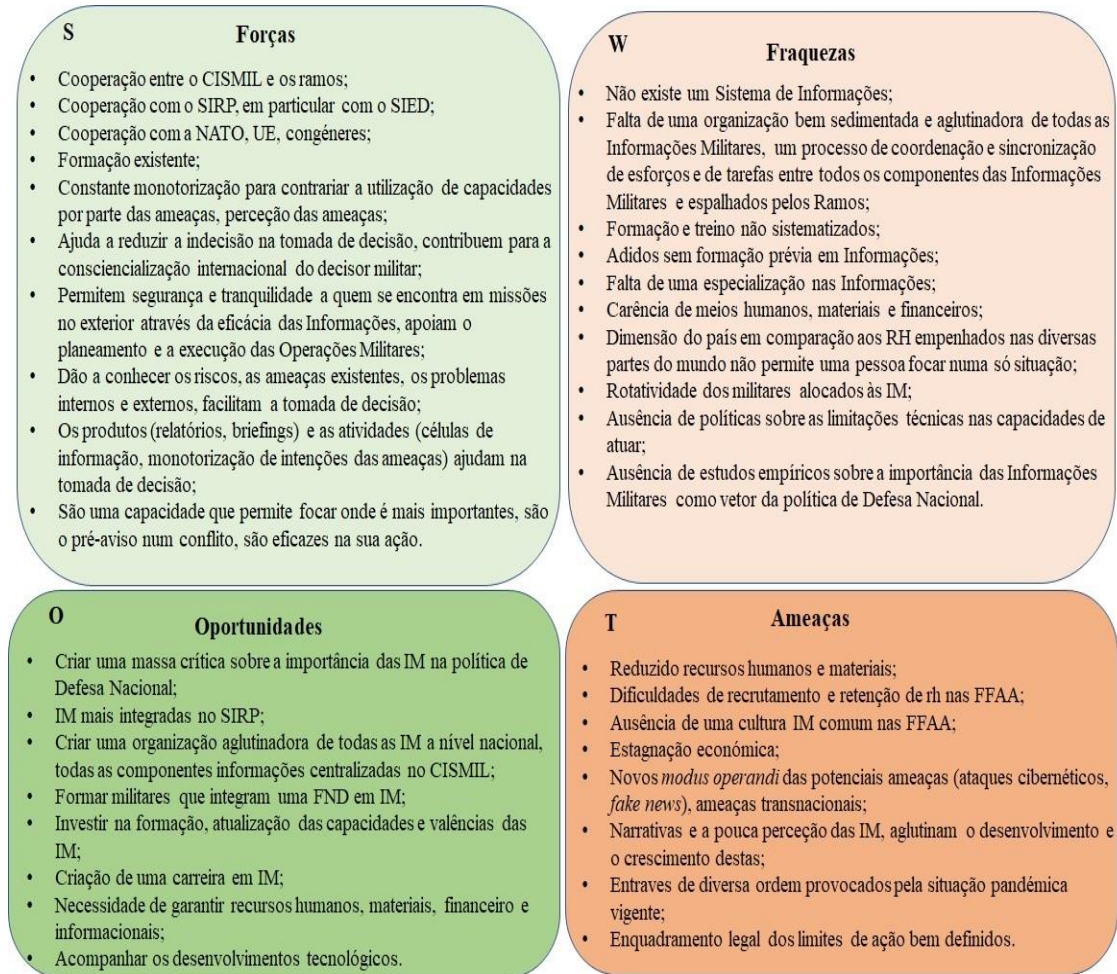


Figura 10 – Matriz SWOT

4.3.1 Síntese conclusiva

Da análise de entrevistas, foi possível identificar lacunas nas dimensões de organização, atividades e conhecimento, que afetam o processo de produção de IM. Para além disso, recorrendo aos indicadores colaboração, coordenação, comunicação e partilha, foi possível perceber a ligação entre o CISMIL com outros serviços que permite colmatar as lacunas que possam surgir na obtenção de Informações.

Outro aspeto tido em consideração, foram os indicadores produtos e atividades produzidos pelas IM de forma eficaz que acabam por influenciar o produto final, a tomada de decisão a nível superior perante uma determinada ameaça ao interesse nacional. Nesse sentido, importa concluir que atualmente as IM funcionam com algumas insuficiências, decorrentes da escassez de recursos financeiros e humanos que podem ser mitigadas com o desenvolvimento de uma cultura de informações e comunidade de informações, permitindo assim ao País monitorizar de forma permanente e minimizar as vulnerabilidades decorrentes



das novas ameaças e permitir a melhor forma como nos devemos posicionar em termos de decisão política no que diz respeito às missões que Portugal faz parte.

Face ao até aqui analisado e discutido, considera-se que se obteve resposta à QC – “De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional?”.



5. Conclusões

Constata-se atualmente que as informações representam um dos pilares que sustentam o regime democrático. Sendo este, um dos fenômenos mais desafiantes contra as ameaças transnacionais contemporâneas, também as IM, como reflexo das sociedades em que se inserem, têm sentido no seu interior potenciais ameaças, falta de recursos humanos, materiais e financeiros, podendo por em causa as suas atividades e a eficácia dos seus produtos para o cumprimento da missão e serem um vetor para a política externa de DN. Verifica-se nos dias de hoje, a imprevisibilidade da Guerra, onde a surpresa na sua execução, assume cada vez mais um papel importante. Pode-se deduzir que a guerra necessita um vetor *intelligence* e valoriza a estreita relação entre a política e os assuntos militares. As IM, enquanto instrumento basilar para a tomada de decisão, devem assim, possuir mecanismos especialmente concebidos para a sua proteção contra infiltrações e desvios.

Por conseguinte, esta investigação teve como objeto de estudo as IM, procurando identificar contributos que sirvam de base para a política externa de DN. Nesta senda, a investigação foi delineada tendo como finalidade responder à seguinte QC – “De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional?”

O procedimento metodológico que orientou o trabalho baseou-se num raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa recorrendo ao desenho de pesquisa de estudo de caso, com uma filosofia interpretativa, focado nas IM. Considerando o mapa conceptual elaborado, para a recolha de dados procurou-se tratar os dados recolhidos através da análise documental, bem como através da realização de entrevistas semiestruturadas a entidades e especialistas com relevância na temática abordada.

Por forma a alcançar o OE1 – “Analisar a tipologia de produtos e atividades decorrentes das IM, para a política externa de defesa nacional”, e responder à correspondente QD1, começou-se por diferenciar o que são produtos e atividades. Em resultado, verificou-se que os produtos são categorizados em duas vertentes principais, os produtos verbais e escritos, devendo a sua análise ser efetuada tendo em consideração as atividades efetuadas pelo Órgão responsável pelas IM. Aferiu-se ainda, a existência de uma relação simbiótica entre os diferentes produtos no que concerne o desencadeamento do processo de tomada de decisão por parte dos decisores. Foram ainda sintetizados na Tabela 1, os produtos e as atividades produzidas pelas IM considerando os principais instrumentos contributivos para a política externa de DN, onde se destacam briefings, relatórios, monitorização das ameaças.



Relativamente ao OE2 – “Analisar as IM enquanto vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional”, este foi operacionalizado através da QD2. Face ao desconhecimento de estudos específicos neste âmbito, foi possível através de uma análise documental e pela realização de entrevistas, extrapolar que as decisões políticas e militares ao mais alto nível, estão essencialmente sujeitos a Informações, sendo estas identificadas como elementos potenciadoras de comprometimento na redução da indecisão e do risco na tomada de decisão. São as Informações em sentido estrito que contribuem para a consciencialização internacional do decisor militar e político, permitindo decisões conscientes sobre a ameaça, e conseqüentemente, gerando um melhor planeamento, uma melhor decisão e uma melhor execução estratégica, potenciando por fim, uma visão positiva das políticas tomadas no âmbito da DN em que Portugal se vê envolvido e empenhado.

Face ao até aqui analisado, no que respeita ao OG – “Avaliar as IM enquanto instrumento contributivo para a política externa de defesa nacional”, e decorrente da QC, foi possível, com base na análise documental e de conteúdo das entrevistas efetuadas, numa primeira análise, identificar um conjunto de recomendações com vista a mitigar as lacunas detetadas nas atuais medidas implementadas (Quadro 2). Algumas recomendações elencadas (Quadro 2), têm como propósito apresentar linhas de ação necessárias para uma otimização das medidas e capacidades existentes.

De facto, conceitua-se que o CISMIL precisa não apenas fornecer formação e treino sistemático a todos os militares, tanto sobre os regulamentos como sobre as suas responsabilidades nesta área, mas também de serem conhecedores das ferramentas à sua disposição. Além disso, de forma a permitir que os militares tenham um desempenho eficaz, as regulamentações sobre questões relacionadas com as limitações de atuação, devem ser transversais nos diferentes serviços de Informações, bem como o aumento dos Recursos Humanos (RH) nestas funções, por forma a aumentar a abrangência e a monitorização, por forma a permitir as IM a obterem produtos, Informações eficazes.

Para isso, a IM precisa de regulamentações abrangentes e eficazes, que englobe não apenas medidas de aumento dos seus RH, mas também medidas financeiras e organizacionais no sentido de se criar uma organização bem sedimentada e aglutinadora de todas as IM e que fosse implementado um Serviço de coordenação e sincronização de esforços e de tarefas entre todos os componentes das IM centrados no CISMIL e espalhados pelos Ramos.



Neste sentido, como contributos para o conhecimento da presente investigação enfatiza-se o facto de se terem identificado vários aspetos em que a otimização das capacidades existentes e as medidas implementadas, podem ser melhoradas e potenciadas. Complementarmente releva-se o conjunto de contributos e sugestões a implementar, que se considera ter potencial para mitigar parte das lacunas existentes.

Ao nível das limitações do estudo, releva-se um enorme vazio sobre a existência de dados concretos sobre o contributo das IM na política externa de DN. No entanto, considera-se que esta limitação foi contornada, dentro do possível, com a opinião dos entrevistados e através de estudos mais abrangentes, conseguindo-se obter a visão de entidades bastante relevantes no assunto.

Em termos de estudos futuros, e por forma a serem aprofundadas algumas das recomendações apresentadas, sugere-se o desenvolvimento do tema e exploração das limitações identificadas:

- Seria interessante ampliar o âmbito de estudo e estabelecer um paralelismo com a forma como outros Serviços e/ou congéneres potenciam a política externa de DN;
- Perante a escassez de estudos empíricos assentes nas IM e a política externa e a tomada de decisão pelos decisores políticos e/ou militares, torna-se pertinente analisar a relação deste constructo com outros focos de comprometimento para além da política externa (e.g., soberania nacional).

A análise ao atual modelo das IM ficou concluída com a elaboração holística de uma matriz SWOT (Figura 10), lançando-se as bases de contributos para melhoria das capacidades e medidas necessárias, dos quais se salientam as seguintes:

- Desenvolver uma organização, um sistema aglutinador de todas as IM, um processo de sincronização de esforços e tarefas entre o CISMIL e os serviços de Informações dos ramos;
- Realização de reuniões entre o CISMIL e os Ramos, estimulando a partilha de informação e do conhecimento;
- Criação de uma especialidade em Informações ou a manutenção dos seus RH por mais tempo nas funções, ser uma função menos rotativa que as restantes funções militares;
- Aumentar os seus RH, materiais e financeiros;
- Aumentar a formação e treinos aos seus RH;



- Reforçar a formação ao longo da carreira, com refrescamentos e atualização das bases normativas em vigor;
- Formar os militares que integram as FND e os adidos militares em IM;
- Aumentar a capacidade de monitorização das ameaças perante os poucos recursos;
- Fomentar a articulação e colaboração do CISMIL e os restantes serviços no processo de formação e cooperação em missões;
- Aquisição de tecnologia para acompanhar os novos *modus operandi* das ameaças;
- Reforçar as políticas sobre as limitações técnicas nas capacidades de atuar.

Assim, considera-se que o OG foi alcançado e que os dados recolhidos permitiram dar resposta à QC.

Por fim, salienta-se que as IM, não são uma demonstração de força, mas a interiorização que todas as adversidades podem ser superadas, valorizando insistentemente a importância do conhecimento das intenções do inimigo, assim como as suas capacidades, mostrando-se como um caminho no reforço da confiança depositada pelo poder político para a sua tomada de decisão.



Referências bibliográficas

- Alden, C., Aran, A. (2017). *Foreign Policy Analysis: New approaches*. 2.^a Ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, Taylor & Francis.
- Almeida, V. F. N. (2011). *O Sistema de Informações da República Portuguesa e a interoperabilidade entre as forças e Serviços de Segurança e Forças Armadas*. Lisboa: Academia Militar.
- Borges, J. V. (2018). *A Segurança e Defesa no “Mundo Novo em Mudança”*. Em *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*, pp.1-60. Alcochete: NEXO.
- Carapeto, F. J. A. (2010). *Os Limites das Informações Estratégicas: Eficácia versus Transparência e Legalidade, Como Duplo Dilema de Actuação*. Lisboa: UAL. Retirado de Informações e Democracia (ual.pt)
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. 1.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- CEDN. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Retirado de [Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf](#)
- Conceito.de. (2021, 29 de dezembro). Conceito de atividade [Página *online*]. Retirado de [Significado de Atividade - O que é, Sinónimos e Conceito no Dicionário \(lexico.pt\)](#)
- Conceito.de. (2021, 30 de setembro). Conceito de eficacia | Definição ou significado de eficacia no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (infopedia.pt)
- Conceito.de. (2021, 26 de setembro). Conceito de política [Página *online*]. Retirado de [Política - Mundo Educação \(uol.com.br\)](#)
- Conceito.de. (2021, 29 de dezembro). Conceito de produto [Página *online*]. Retirado de [Conceito de produto - O que é, Definição e Significado](#)
- Constituição da República Portuguesa. (2005). Retirado de [Constituição da República Portuguesa \(parlamento.pt\)](#)
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1.^a Série, 211, 9298-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.^a Série, 148, 5275 - 5295. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Keegan, J. (2003). *Intelligence in war: knowledge of the enemy from Napoleon to Al-Qaeda*. 1.^a ed. New York: Knopf.



- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto. (2014). *Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Diário da República n.º 155/2014, 1.ª série. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09 de agosto. (2021). *Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, revogando a Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho*. Diário da República n.º 153/2021, 1.ª série, 6 – 7. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 3/2021, de 09 de agosto. (2021). *Altera a Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho*. Diário da República n.º 153/2021, 1.ª série, 30. Lisboa: Assembleia da República.
- Macedo, M. S. (2018). *As Informações Estratégicas como instrumento de apoio à condução da política externa dos estados*. Instituto de Defesa Nacional. Fevereiro de 2018. Retirado de idnbrief_fevereiro2018.pdf (rcaap.pt)
- Macedo, M. S. C. B. (2019). *As Informações Estratégicas no Processo de Tomada de Decisão: O caso da NATO*. s.l.: UL, ISCSP. Retirado de Microsoft Word - VFINAL-Dissertaã§ã£o-Sofia-Macedo-Mestrado-em-Estratã©gia-1 (utl.pt)
- Menezes, A. P. V. S. C. (2012). *Sistemas de Informações Nacionais. Contributos para a percepção da eficácia*. s.l.: IUL, ICSTE. Retirado de Sistemas de Informações Nacionais (iscte-iul.pt)
- Moreira, A. (1979). *Poder Funcional – Poder Errático*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- NEP/INV- 001 (2020a). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa. Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV 003 (2020b). *Procedimentos Relativos à Elaboração de Trabalhos de Investigação no Âmbito de Cursos que não Atribuem Grau Académico*. Lisboa. Instituto Universitário Militar.
- Nunes, I. F. (2004). *Segurança Internacional. Os Princípios Idealistas e a lógica Realista. Em Informações e Segurança*, pp.271-287. Lisboa, Portugal: Prefácio.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. V. (Coords.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Cadernos do IESM, 8. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.



- Santos, R. J. R. P. (2012). *A partilha de Informações em Portugal: contributo para o aperfeiçoamento do Sistema*, Lisboa: IESM.
- Silva, A. S. (2018). *O Desenvolvimento da Política Europeia e Externa de Portugal e os Desafios para 2018* – Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros. MNE – Seminário Diplomático, 3 janeiro, pp. 1-25.
- Silva, C. M. C. (2018). *As Informações Militares – Um instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. (Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2017/2018). Instituto Universitário Militar [IUM], Lisboa.
- Silva, C. M. C. (2018). As Informações Militares - um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional. *Revista de Ciências Militares*, Vol. VI, N.º 2, novembro 2018.
- Wordpress.org (2021, 27 de setembro). conceito Retirado de <https://conceito.de/informacao-militar>



Apêndice A — Corpo de Conceitos

Quadro 4 – Conceitos complementares

Política	<p>A palavra política” provém do grego “<i>politéia</i>”. Refere-se a tudo relacionado a polis (Cidade-estado) e à vida em coletividade. A política está relacionada diretamente com a vida em sociedade, no sentido de fazer com que cada indivíduo expresse as suas diferenças e conflitos sem que isso seja transformado num caos social. Embora se afirme que gregos e romanos tenham criado a política, com destaque para a obra “Política” de Aristóteles, as relações de poder e autoridade já existiam nas civilizações anteriores. Gregos e romanos desenvolveram as características de autoridade e poder no sentido político.</p> <p>Desta forma, a política surgiu para garantir a estabilidade social, o agente máximo que garante essa estabilidade é o Estado. O poder político, exercido pelo mesmo, está diretamente relacionado ao direito de coerção e uso legítimo da força física. Assim, para garantir os interesses da sociedade em geral, o Estado pode, de forma única, utilizar a forma coercitiva. Na obra “O Príncipe”, Maquiavel afirma que o que move a política é a luta pela conquista e pela manutenção do poder, além disso, segundo ele, os fins deveriam justificar os meios, isto é, para a finalidade da ordem, soberania e bem-estar social, o Estado poderia usar a força física de forma legítima.</p> <p>A Segurança e a Defesa Nacional sempre foram objetivos políticos fulcrais para a salvaguarda dos interesses de um Estado. As Informações atuam perante a manutenção destes dois objetivos, constituindo-se assim como um instrumento essencial para a tomada de decisão política.</p>
Política Externa	<p>A política externa é uma política pública, ou seja, um conjunto definido de medidas, decisões e programas utilizados pelo governo de um país. O objetivo dessa política é projetar e direcionar suas ações políticas no exterior. Uma política externa pode ter objetivos concretos, por exemplo, visar negociações ou estabelecer acordos comerciais. Mas, pode também ter objetivos abstratos, como uma aproximação política e cultural, por exemplo, pela formação de fóruns e encontros. Além disso, a política externa pode ser pensada: bilateralmente, como um país se relaciona com outro país específico; multilateralmente, a participação do país em organizações e fóruns internacionais.</p> <p>“A política externa dos Estados é instrumental neste processo e a diplomacia é a capacidade de executar o plano entretanto definido. É insuficiente decidir com base em perspectivas menos eficazes, como as do pensamento estratégico (avaliação de interesses nacionais abstratos, índole doutrinária potencialmente voluntarista) ou da tradição histórica (observação da evolução diplomática portuguesa para depois definir os interesses nacionais)” (Galito, 2019). O Prof. Bessa define política externa como “os domínios em que o Estado-ator se manifesta na cena internacional” (2001, p.84). De acordo com o autor a política externa, é desenvolvida pelos seus dirigentes e não é arbitrária. Pressupondo a existência de um processo de decisão com vista a assegurar a sobrevivência da unidade política. Para Freire (2012), a política externa, é um conceito que tem encontrado formulações diversas, contudo é interessante notar que as definições existentes apresentam elementos comuns, nomeadamente a centralidade de atores estatais a nível governamental no processo de formulação da política externa, e a dimensão de intencionalidade da ação política inerente a estes processos. Mas estas são definições que seguem uma abordagem tradicional de análise da política externa e que não conseguem captar a essência da complexidade dos novos contextos, atores e dinâmicas. Alden e Aran (2017, p.1) partem de uma conceptualização mais abrangente de política externa definindo-a como o “estudo da conduta e prática de relações entre diferentes atores, especialmente estados, no sistema internacional”. Os autores afirmam que a “análise de política externa se refere necessariamente não só aos atores envolvidos no aparelho formal de decisão do estado, mas também à variedade de fontes de influência subnacionais sobre a política externa do estado”. Os objetivos de política externa, fundamentalmente assentes em interesses nacionais, são modelados de acordo com diversos fatores (geográfico, militar, económicos, recursos humanos, ...) e a interação destes fatores com os arranjos do sistema internacional, exigindo ajustamentos constantes e não permitindo uma projeção linear dos interesses e objetivos dos estados.</p>



Defesa Nacional	<p>“atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (art.273, Título X, Capítulo V da Constituição da República Portuguesa). Estes objetivos devem ser prosseguidos em termos que garantam a sua inserção numa visão mais holística e, por isso, coordenáveis a um nível correspondente do Poder Político. A Política de defesa nacional não se assume como mero somatório de políticas, mas antes um exercício integrado, contributivo para a realização dos propósitos gerais apontados pela lógica constitucional. A DN é fundamental na existência de Portugal e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos. Um acordo social é requerido na construção da respetiva estratégia de defesa. A Lei de Defesa Nacional define os princípios gerais de DN, e as responsabilidades e atribuições aos órgãos do Estado. O art.º 24º do capítulo V, na sua alínea e), refere que nos termos da Constituição e da lei, incumbe às FFAA, “cooperar com as forças e serviços de segurança, tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais” (Lei de DN, p.10). Para alcançar o sentimento de segurança, importa cada vez mais mitigar uma ameaça caracterizada por ser difusa, imprevisível e transnacional (CEDN, 2013). Deste modo, “pode-se concluir que as informações estratégicas, de interesse militar ou não, concorrem de forma incisiva para a prossecução dos demais intervenientes contribuintes para as atividades decorrentes da própria execução da DN” (Silva, 2018, p.10).</p>
Eficácia	<p>A eficácia mede a relação entre o efeito da ação, e os objetivos pretendidos. A relação entre a eficácia e a eficiência é complexa, porque é uma relação indireta. A eficácia é uma afirmação independente, enquanto a eficiência é uma condição, que nem sempre está atrelada à eficácia. Ou seja, eficiência tem a ver com dinamismo e rapidez e eficácia tem a ver com durabilidade e qualidade.</p>



Apêndice B — Mapa Conceptual

Quadro 5 – Modelo de Análise

Tema	As Informações Militares enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional				
Objeto de Estudo	Informações Militares na política externa de Defesa Nacional				
Objetivo Geral	Avaliar as IM enquanto instrumento contributivo para a política externa de Defesa Nacional				
Objetivos Específicos	Questão Central	De que modo podem as Informações Militares constituir-se como instrumento contributivo para a política externa da Defesa Nacional?			
	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de dados
OE1 – Analisar a tipologia de produtos e atividades decorrentes das IM, para a política externa de defesa nacional.	QD1 – Quais os produtos e atividades decorrentes das IM, potencialmente contribuintes para a política externa de defesa nacional?	Informações Defesa Nacional	Militar	Atividades Produto	Análise Documental e entrevistas semiestruturadas
OE2 – Analisar as IM enquanto vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional.	QD2 – De que modo podem as IM se constituir como vetor de projeção de poder ao serviço das políticas de defesa nacional?	Informações Militares Política Eficácia	Política Externa Legalidade Estruturas	Quadro legislativo (Responsabilidades) Objetivos Estratégicos de DN Níveis de Ligação (Coordenação, Comunicação, Colaboração, Partilha)	Análise Documental e entrevistas semiestruturadas
Delimitação	Domínios	Espaço		CISMIL	
		Conteúdo		Informações Militares	
		Tempo		Atualidade	
Resumo Metodologia	Metodologia de Raciocínio	Estratégia de Investigação		Desenho de Pesquisa	
	Dedutivo	Qualitativa		Estudo de caso	



Apêndice C — Quadro descritivo de Indicadores

Quadro 6 – Indicadores e descrição

Dimensão	Indicador	Descrição dos Indicadores
Militar	Atividades	De que forma contribui para a política externa de Defesa Nacional? No que concerne às atividades quais são as principais lacunas (e.g. formação, RH, sistema de comunicações, etc.)? De que forma considera poderem ser mitigadas?
	Estrutura	Em termos de organização quais as atuais lacunas identificadas? De que forma considera poderem ser mitigadas? Qual deve ser a principal preocupação das informações militares?
	Produto	No que concerne a disseminação de produtos quais são os meios de partilha oportuna do conhecimento? No que concerne aos produtos quais são as principais lacunas/limitações que identifica? De que forma considera poderem ser mitigadas?
Política Externa Legalidade Estruturas	Quadro Legislativo (Responsabilidades)	Considera a atual organização (e.g. doutrina e enquadramento legal) das informações militares adequadas às necessidades de defesa nacional?
	Objetivos Estratégicos da DN	Quais são os objetivos estratégicos da Defesa Nacional? As Informações Militares vão de encontro aos objetivos estratégicos da Defesa Nacional?
	Níveis de Ligação (Coordenação, Comunicação, Colaboração, Partilha)	Como são efetuadas as ligações entre as Informações Militares e a política externa de Defesa Nacional? Como é feita a coordenação, comunicação, colaboração e partilha das informações?



Apêndice D — Matriz dos Entrevistados por ordem de entrevista e Guião de entrevistas

Quadro 7 – Matriz dos entrevistados por ordem de entrevista

Entrevistado	Cargo	Data	Forma de entrevista
A	Último Chefe do CISMIL	26 de novembro de 2021	Presencial
B	Chefe da Repartição de Produção do CISMIL	07 de dezembro de 2021	Presencial
C	Último Subdiretor da DGPDN	08 de dezembro de 2021	Via Zoom
D	Subdiretora Geral de Política de Defesa Nacional	21 de dezembro de 2021	Via Teams
E	Último Chefe de Repartição de pesquisa e gestão da pesquisa do CISMIL	22 de dezembro de 2021	Via Teams
F	Ex- Subdiretor do SIEDM	28 de dezembro de 2021	Presencial

Quadro 8 – Guião das entrevistas

Guião de entrevista	
1.	Na sua perspetiva, considera o sistema atualmente existente para a produção de IM, eficiente para o apoio à decisão estratégica?
2.	De que forma considera as IM poderem contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais enquadrados nos objetivos definidos na política externa da Defesa Nacional?
3.	Como é efetuada a ligação entre as IM e o SIED para a salvaguarda dos interesses nacionais, mais concretamente no apoio ao desenvolvimento da política de Defesa Nacional?
4.	Considera existir algum tipo de limitações no emprego das valências das IM como instrumento contributivo para a política externa?
5.	Quais os produtos e atividades associadas às IM, que vislumbra serem potencialmente contribuintes para a política externa de defesa nacional?
6.	No que concerne às atividades quais são as principais lacunas (e.g. formação, RH, sistema de comunicações, etc.)? De que forma considera poderem ser mitigadas?
7.	Considera a atual organização (e.g. doutrina e enquadramento legal) das informações militares adequadas às necessidades de defesa nacional?
8.	Em termos de organização quais as atuais lacunas identificadas? De que forma considera poderem ser mitigadas?
9.	Como considera que o atual sistema poderia ser otimizado?
10.	Qual deve ser a principal preocupação das informações militares?



Apêndice E — Síntese de respostas por ordem de entrevista

Quadro 9 – Síntese de respostas por ordem de entrevista

Questão	Síntese de respostas
1	<p>A. Os Sistema são complexos em que as várias entidades que integram o Sistema vão-se complementando e, produzindo a Informação necessária para a decisão estratégica. Nesse Sistema, temos o SIED que trabalha nas Informações estratégicas, mais ao nível político relacionado com as intenções dos potenciais adversários, e nós militares, trabalhamos ao nível das capacidades e se conseguirmos, também nas intenções, mas mais das capacidades daquilo que eles conseguem fazer da Organização dos potenciais adversários. Não estamos sós nisto, trabalhamos também em rede com os nossos parceiros da NATO, da EU, parceiros bilaterais e tudo isto junto vai permitir colmatar lacunas de Informação. Não há Sistemas perfeitos, mas com as ligações que temos com os congéneres, com a capacidade interna conseguimos obter a Informação. Somos eficientes para a dimensão que temos, por exemplo os congéneres franceses são 12000, os alemães são 8000, nós somos dezenas, centenas em determinadas missões com empenhamentos externos, mas não chegamos a 1000. Portanto somos eficientes, tendo em conta a nossa dimensão.</p> <p>B. Essa pergunta na minha perspetiva enforma, logo de início, de um pressuposto que não se verifica: a existência de um Sistema de Informações. Assim, para que na realidade existisse um Sistema de Informações haveria que se verificar 2 condições: a assunção de uma especialidade na área das Informações, com uma carreira bem definida, como acontece, por exemplo, para outras áreas do saber militar e que permitiria, fruto dessa profissionalização, um reconhecimento técnico de referência, com impacto direto na qualidade da produção de Informações. Daí eu dizer que “não somos de Informações” (já que não somos profissionais desta área), “estamos é nas Informações” (pois desempenham-se aqui funções durante um curto período de tempo e depois regressa-se à atividade normal militar, noutras valências). Depois, a existência de uma organização bem sedimentada e que fosse aglutinadora de todas as Informações Militares e em que houvesse um processo bem implementado de coordenação e sincronização de esforços e de tarefas entre todos os componentes das Informações Militares e espalhados pelos Ramos. Também é necessário ter a perceção que as Informações Militares apoiam, de um modo geral, o planeamento e a execução das Operações Militares. No entanto, contribuem, ainda, para a consciencialização do contexto internacional do decisor militar e, nessa medida, apoiam a tomada da decisão estratégico-militar, somente. No campo da decisão estratégica, em Portugal, existe o SIRP para esse efeito.</p> <p>C. As Informações Militares atuam mais a nível operacional, a nível estratégico são as Informações no geral que atuam, para um apoio a uma decisão estratégica. Portanto o que posso dizer é muito genérico. Se o sistema está bom...como não o conheço bem, aparentemente toda a qualidade e a forma que recebo as Informações penso que tem estado bem.</p> <p>D.</p> <p>E. Tem que se partir do pormenor que as informações militares contribuem para a formação de opinião da decisão estratégica. Para esta decisão contribuem diversas componentes, entre elas a componente das Informações Militares. Mas existem também informações na área dos Negócios Estrangeiros, da área económica, da área da diplomacia. Há muitas informações que confluem para uma tomada de decisão a este nível. E as Informações Militares, no âmbito específico do conhecimento das ameaças e das suas capacidades, do conhecimento da ordem de batalha, são suficientes para aquilo que é solicitado. Por norma, relativamente às Informações Militares, as informações que são solicitadas, são providenciadas.</p> <p>F. Tenho dúvidas sobre se os órgãos responsáveis pela condução da política nacional, i.e., se o Estado, cujo objetivo direto e imediato é a conservação da sociedade, garantindo a segurança da população e definindo o interesse geral para atingir o seu bem estar, segundo as circunstâncias aconselhem, tenha um conceito para reduzir as vulnerabilidades e utilizar os recursos disponíveis para atingir aqueles fins, face às ameaças que possam contrariar a consecução daqueles objetivos. Ou seja, se existe uma Estratégia nacional, fundamentada nas ameaças detetadas e de onde emanem as estratégias gerais, nomeadamente a da Defesa Nacional e o conseqüente conceito estratégico militar. A condução da política nacional e a formulação de uma Estratégia</p>



	<p>que lhe corresponda, pressupõe a existência de sistemas/serviços de informações destinados a produzir: Informações estratégicas, necessárias para a definição e para a conduta da política nacional e da estratégia, visando determinar o poder de nações estrangeiras, organizações ou movimentos que se tornem real ou potencialmente hostis ou sejam considerados focos de hostilidade e tensão, bem como conhecer as suas possibilidades, probabilidades de atuação, vulnerabilidades e intenções. Informações militares, que procuram o conhecimento desse inimigo, provável ou atual, através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias, por forma a obter: -avaliação permanente das ameaças de natureza militar; -informação sobre áreas de operações de maior probabilidade de emprego; -acompanhamento das doutrinas e dos equipamentos militares usados por países considerados hostis.</p> <p>Em conclusão: O modelo de organização das informações militares deveria, em minha opinião” englobar elementos (unidades e órgãos) dispostos ao longo de toda a estrutura orgânica das Forças Armadas, incumbidos de adquirir, processar e difundir notícias e informações e garantir a segurança militar, dirigidos por um órgão com autoridade adequada para o efeito. A não existência desse “canal técnico”, parece ser um fator de grande vulnerabilidade para a eficiência das” informações militares”.</p>
2	<p>A. As IM são o pré-aviso, num conflito, são as primeiras a entrar e as últimas a sair. Ao longo da campanha as IM acompanham os efeitos da campanha e no final fazemos o <i>assessment</i>. As IM estão em toda a linha. As IM são uma capacidade que nos permite focar recursos onde eles são mais importantes. Com pouco fazemos bem, porque não existe dispersão de meios.</p> <p>B.</p> <p>C. Claro que sim, sem Informação não é possível existir. É uma daquelas coisas que como diria La Palice, portanto com boas Informações decide-se melhor.</p> <p>D.</p> <p>E. Nós contribuímos com aquilo que é chamado o conhecimento situacional, relativamente às ameaças. A grande preocupação das Informações Militares é aquilo que ameaça o nosso espaço estratégico de interesse nacional e conjuntural. Tendo presente os sistemas que estão montados de conhecimento, de garantir o conhecimento situacional através de políticas de responsabilidade de partilhar informação. Toda esta responsabilidade em partilhar informação, funciona para contribuir para a salvaguarda do interesse nacional. Qualquer ameaça ao nosso espaço estratégico é monitorizada em tempo para evitar surpresas. A política das informações, é fundamentalmente evitar surpresas, prever ameaças, prever que elas atuem e no âmbito das ameaças, tudo o que põe em causa o <i>security environment</i>, tudo o que põem em causa o <i>freedom of movement</i>, tudo o que pode por em causa estas premissas, é devidamente monitorizado, e fazemos os possíveis para que estas ameaças não se concretizem e até à data, é tudo uma questão de políticas de informação estratégica, até a data as coisas têm corrido de modo a garantir o interesse nacional. É por isso que Portugal é considerado um país muito seguro. Por quê? Porque as forças e os serviços que estão empenhados na manutenção, no conhecimento situacional e para prever qualquer a ameaça ao nosso ambiente é devidamente monitorizado e combatido e contrariado. É por causa disso que Portugal aparece nos rankings da segurança muitíssimo bem classificado. Quer dizer que o sistema que está em vigor, apesar de extremamente desgastante por cada vez os recursos serem menos, e as ameaças serem mais, apesar de tudo, continuamos a estar muito bem catalogados a nível Internacional, como um país seguro.</p> <p>F. Em complemento da resposta à questão anterior, acrescenta-se que as informações militares (estratégicas) constituem um vetor vital do Estado, contribuindo para o apoio à política externa, na medida em que são:</p> <ul style="list-style-type: none">- um instrumento fundamental de decisão política;- um instrumento de coação ou de dissuasão estratégica;- um instrumento de poder do Estado;- um instrumento de coerência entre a política externa e a política interna do Estado;- um instrumento de prevenção de riscos à segurança do Estado.
3	<p>A. A ligação é feita diária, horária praticamente. Nós temos um acordo entre o EMGFA e o SIRP para troca de Informações e para troca de formação. Com o SIED temos acordos de troca de Informações e temos missões conjuntas, treino conjunto, formação conjunta. Temos uma célula de Informações na RCA para proteger, para antecipar quaisquer problemas que possam acontecer com o nosso pessoal, e é composta por 5 militares e 1 civil do SIED e trabalhamos muito bem no terreno. Nós fazemos briefings conjuntos, fazemos troca bilaterais, reuniões onde por exemplo o tema é Moçambique o SIED diz o que sabe, o CISMIL diz o que sabe e discutimos. E fazemos um <i>agreed</i>, um <i>assessment</i> acordado, trabalhamos diariamente. Existe uma ligação</p>



	<p>estreita com o SIED, mesmo umbilical na troca de Informações diárias e os produtos que fazemos para o <i>whatsapp</i> para aguçar o interesse e depois são sustentados por <i>Intelligence</i>, normalmente são secretos ou confidenciais. Estes produtos fazemos por <i>whatsapp</i>, apesar de ter uma distribuição restrita estão sanitizados, é Informação que pode circular, é Informação que é obtida de fontes abertas, é estruturada e tem pouca análise, para despertar o interesse, nós vamos partilhando, por exemplo o que se passa no Sudão, o que se passa no Mali...se tiver interesse em aprofundar, fazemos de outra forma.</p> <p>B. Após o 25 de abril, durante a fase inicial, de alguma indefinição no campo das Informações, foram as IM que ficaram com essa responsabilidade. Na altura, e para simplificar a explicação de todo o processo de transformação, deverá referir-se o papel de relevo da, então, DINFO. A DINFO caiu, foi criado o SIEDM, o qual recebeu militares na sua estrutura e, muito provavelmente, será este o melhor modelo de umas Informações Nacionais, com a inclusão da parte civil para a análise do domínio estratégico e com uma parte militar, para a análise do domínio estratégico-militar. Depois e muito reduzidamente, o SIEDM ficou sem a componente militar e a responsabilidade militar das Informações passou, novamente, para os militares e a, então, DIMIL, numa primeira fase e, posteriormente, o CISMIL, ficaram com essas tarefas. Presentemente, há cooperação com o SIED e com o SIS, em vários domínios, como na formação e treino, mas também no domínio operacional com a partilha de informação de carácter operacional.</p> <p>C. Existem ligações, inclusive têm funcionado em teatros de operações como por exemplo na RCA onde têm sido constituídas células mistas. E, portanto, nós sabemos que as coisas funcionam bem. Eu tive 3 anos na Direção Geral de Política de Defesa Nacional em que recebia Informações de ambos os lados, ou dos 2 lados ao mesmo tempo a trabalhar em conjunto. Aí não vejo que existam problemas.</p> <p>D.</p> <p>E. Nós temos memorandos de entendimento com os serviços de informações da República portuguesa. Temos um grande entendimento no âmbito da partilha de informação, no âmbito para ações conjuntas, no âmbito do treino, toda esta ligação é passada através dos canais aprovados para o efeito, nomeadamente canais classificados.</p> <p>F. Os serviços de informações do SIRP- SIED e SIS - coordenam entre si a sua atividade, tendo em conta que, em relação a determinado tipo de ameaças (terrorismo, espionagem) a sua atuação, no interior e no exterior do País, pode ter áreas de sobreposição. A existência de um Secretário Geral na estrutura do SIRP, permite que, no interior do sistema, a necessária segurança possa ser assegurada por esta entidade. Para além das formas normais de estabelecer essa coordenação (elementos de ligação, reuniões), o Conselho Superior de Informações, órgão da estrutura orgânica do SIRP, tem, entre outras, essa função coordenadora da atividade dos serviços de informações que o integram. A presença do CEMGFA no Conselho Superior de Informações, também permite a coordenação com a atividade das informações militares, ainda que estas não integrem o SIRP. No caso do “serviço de informações” militares, a coordenação da sua atividade específica, no âmbito das Forças Armadas, está atribuída ao Conselho de Chefes de EM, para além das medidas consideradas necessárias para manter a ligação com os restantes órgãos que constituem o SIRP ou que com ele colaboram. Ainda que, pela natureza do âmbito que visam, haja similitude entre as missões do SIED e do “serviço de informações militares”, justificando uma maior ligação entre si, o papel do SIS deve ser igualmente relevante, no que respeita à prevenção das ameaças decorrentes do terrorismo, sabotagem, espionagem e subversão, pelo efeito que poderão causar na segurança militar, implicando uma estreita ligação com este Serviço.</p>
4	<p>A. Não existem limitações, que não sejam as limitações estruturais de falta de pessoal, menos pessoal...se tivesse 5000 homens mantinha-os a trabalhar, se fossem 8000 mantinha-os a trabalhar. Nas Informações ou queremos saber tudo o que se passa e temos pessoal para saber tudo o que se passa, não tendo isso, vamos limitando em termos geográficos ou em termos temáticos. Há um conjunto de países que temos obrigação de estarmos sempre atentos, onde temos forças nacionais destacadas, onde temos comunidades portuguesas relevantes que coincidem essencialmente com os nossos PALOP. Há um conjunto de países que nós estamos sempre atentos onde há intervenção militar portuguesa ou se faz no âmbito do interesse das alianças onde estamos.</p> <p>B.</p>



	<p>C. Existem, e aí tem que se ter muito cuidado com o que é o mandato de atribuições e o alcance de uma força militar. Uma força militar não é uma força política, que quando é empregue fora ou vai num quadro bilateral ou num quadro multilateral. Em qualquer quadro que vá, tem um quadro de referência sobre o programa atribuídos. Se for a nível de defesa, tem as missões NATO, ONU, União Europeia ou quadros ad hoc. Aquilo que é permitido em termos de recolha de Informações Militares está definido nos estatutos da própria força, faz parte do que é assinado com os territórios em causa e também está assinado aquilo que são os limites que são partilháveis dentro do sistema da Informação. Portanto, a política externa portuguesa baseia-se num sistema, o SIRP, um sistema integrado de Informações, obviamente que não são as Informações Militares que vão ser privilegiadas, porque as Informações Militares estão para a parte operacional. As Informações Militares, é fundamentalmente para a parte operacional. A parte que é estratégica e política é complementada, aí existem outros órgãos responsáveis por isso, lá fora o SIED, cá dentro os SIS.</p> <p>D.</p> <p>E. Para a política externa estamos num patamar bem alto, num patamar elevadíssimo. Há circunstâncias, nós temos um código de conduta, no território nacional temos códigos de conduta. As limitações na monitorização de eventuais ameaças, pode-se dizer que existem, mas têm que ser superadas através de políticas de cooperação com outras forças. Se sentirmos que há uma potencial ameaça que não está a ser devidamente monitorizada... Assim que sentimos que existe uma ameaça, rapidamente, nos termos da lei, comunicamos a quem de direito para que faça, para que se empregue a lei. As Informações recolhem informação e depois se houver alguns indícios, passam ao sistema de informações da República portuguesa, se houver factos, passa à Polícia Judiciária Militar. Se esses factos exigirem muita complexidade, muito provavelmente a Procuradoria-Geral da República passa essa investigação da polícia judiciária militar para outro órgão de investigação criminal. Nós, CISMIL compete-nos monitorizar as ameaças e comunicar quando existem indícios ou quando existem factos propriamente ditos, é a aplicação da lei Orgânica do EMGFA pura e simples.</p> <p>F. As principais limitações que eu encontro [...] no organograma do CISMIL não existe um órgão de pesquisa próprio. Os órgãos de pesquisa estão todos nos ramos, o CISMIL tem que ter capacidade técnica para determinar essas pesquisas. As informações estratégicas são determinadas pelas ameaças e quem dá essas ameaças é o CISMIL. Outra situação é que não pode existir mais ninguém a falar de informações que não seja o CISMIL, por vezes aparecem informações que não vêm do CISMIL. Só pode existir uma autoridade a falar de informações e de ameaças, mas não é assim que acontece, cada um trata das suas coisas, o Exército, a Marinha, a Força Aérea, tudo deveria depender do CISMIL, não pode haver ninguém a falar de informações e de Segurança Militar sem ser com a autoridade do CISMIL, e isto é o princípio basilar. Para além do reduzido número de unidades e órgãos, especificamente orientadas para a pesquisa de informações, existentes na estrutura das Forças Armadas, e sem aludir ao seu estado de operacionalidade, as possibilidades de cumprirem, com eficiência e eficácia, este tipo de missões deverão ser prejudicadas pela inexistência (orgânica) de um “canal de informações” que agilize, hierarquicamente, o fluxo do processo de produção de informações. Para além disso, a informação estratégica útil – militar, científica, industrial – sendo especialmente obtida com recurso à espionagem, não é facilmente acessível com os recursos das pequenas potências/países, pela tecnologia que exigem, pelos custos que envolvem e pela necessidade de agentes altamente especializados. Assim, a dependência de países amigos e aliados para obter essa informação, é uma enorme vulnerabilidade, a que importa atender e reduzir com a troca de outras informações úteis para quem a forneça. Uma última referência para o facto, [...] de se constatar um conceito atávico de os decisores políticos (e até militares!...) subestimarem o emprego das informações, o que cria um sentimento de inutilidade em quem as serve e prejudica seriamente a atividade do Estado.</p>
5	<p>A. Focando-nos na <i>Intelligence</i>, na produção das Informações Militares, os produtos são o contributo que temos que dar. [...] Produtos, isto é alimentar parceiros; temos briefings com as entidades cá, por exemplo temos uma Força Nacional Destacada (FND) e nós fazemos um briefing em que contamos às pessoas aquilo que esperam a todos os níveis, ao nível político, militar, económico e este conhecimento é o conhecimento que chega até á climatologia, Informações de interesse sobre o teatro onde as pessoas vão ser projetadas, isto é um produto. Outros produtos, são os briefings diários e semanais ou especiais, no CCOM todos os dias há um pequeno briefing de manhã sobre os sítios onde estão as nossas FND, começa pela situação de <i>Intelligence</i>, o que é que aconteceu, o que é que está para acontecer, como é que estão as coisas, análise que fazemos do estado de segurança de cada país nos diferentes</p>



níveis, uma análise TESSOC (terrorismo, espionagem, subversão, sabotagem, *organized crime*), fazemos uma análise nestas 5 áreas, qual é o nível de ameaça, em briefing diários, depois em briefings semanais e se há briefings especiais, por exemplo a Assembleia da República (AR), a Comissão de Defesa pediu um briefing sobre a situação de Moçambique e nós fazemos um briefing sobre Moçambique, a origem do problema, o que é que está em causa, isto são produtos. Outros produtos são os mensagens muito classificadas que partilhamos com as Entidades de interesse sobre todos os sítios onde estão portugueses, um outro produto é o relato no *whatsapp* e também a NATO tem uma *Strategic Intelligence Estimate* (NSIE), uma publicação que está sempre a ser renovada. Se queremos saber sobre qualquer país no âmbito da NATO, nós vamos a essa publicação saber o que se está a passar. Também somos redatores de determinados países e somos co-redatores de outros determinados países. As atividades começam por produzir um documento de Informações, começa por um *request for information* (RFI) pode ser interno, externo e nós temos um processo, uma área nossa vai procurar tudo o que há sobre esse assunto seja em fontes abertas seja em fontes seguras (bases de dados seguras), redes sociais, sites, publicações, bases de dados das agências noticiosas, serviços que subscrevemos [...]. Há uma repartição nossa que é a realização e gestão de pesquisa que pega tudo o que há sobre aquele assunto e entrega ao analista da área ou do tema. Temos analistas de áreas geográficas, e analistas de temas, temas como o terrorismo, pirataria, não estão agarrados a um determinado local do globo e esse analista depois de receber a informação, digere e elabora o produto. Como atividade temos também células de Informações, RCA por exemplo, que vai desenvolvendo ligações com organismos estrangeiros que também lá estão, organismos locais porque estamos com um acordo bilateral entre Portugal/RCA e fazemos reuniões (eu sei isto, eu sei aquilo, o que é que tu sabes), vamos construindo, quanto melhor for o produto que dermos, melhor é o produto que eles nos dão e temos que ter cuidado com o que queremos dar e eles também. Isto depois é corroborado, temos um indício que pode ser verdadeiro ou falso e depois vamos tentar obter por outras fontes. Vamos desenvolvendo contactos, obtendo fontes com pessoas que não são desta área. O nosso trabalho fazer um relato do que é verdade daquilo tudo que ali está e transmitir de uma forma resumida. A forma como depois utilizam a Informação que nós fornecemos, não é connosco.

- B. Os produtos de Informações visam, em primeira instância, satisfazer as necessidades informacionais do destinatário final, ou cliente, como se diz na gíria das Informações. Assim sendo, é necessário perceber, então, que produtos são necessários elaborar e sob que forma, para cumprirem com o atrás mencionado Assim, de um modo geral, os produtos ou são documentos escritos (relatórios) ou verbais (briefings). A ferramenta essencial da atividade Informações é o relatório verbal, assente em briefings e naquilo que se chama como interação face-to-face. Pode-se dizer que a principal limitação à atividade de Informações será a falta de fontes, de um modo geral, pois sem fontes não se conseguem recolher os dados e a informação para ser analisada pelo pessoal de Informações, transformando-a em Informações para, depois a distribuir a quem dela necessitar. Outro grande fator limitativo poderá ser a falta ou a má orientação do decisor no início do processo de produção de Informações, pois este processo é um ciclo que se inicia com a orientação e a direção para a pesquisa dos dados e da informação.
- C. A política externa de defesa nacional é à base de política, as Informações que uma pessoa procura para tomar decisões políticas ou perspectivas políticas tem haver com Informações gerais do Estado, não tem nada haver com Informações Militares. É um nível estratégico e político da Informação. Portanto, aquilo que nos interessa em termos de política externa de defesa nacional, política externa do Estado tem haver com a eficácia e a eficiência das forças que estão a atuar num determinado país e aí são as Informações Militares que funcionam.
- D.
- E. Todas as disciplinas de Intel doutrinárias, constituem um produto. Portanto, estamos a falar humint, imint, monitorização de capacidades, monitorização de pessoas, todas essas atividades contribuem para garantir que a política externa de defesa nacional é devidamente alicerçada com informação de valor. Agora, quais os produtos e atividades, há vários produtos, desde relatórios flash, a relatórios de intenções e capacidades com um tempo mais alargado de análise. Mas todas as disciplinas de Intel podem ser activadas para a monitorização das nossas preocupações.
- F. Os “produtos” que resultam da atividade dos serviços de informações da República e dos das Forças Armadas, permitem obter o conhecimento indispensável para apoiar as decisões de âmbito político e militar. As informações estratégicas visam recolher e produzir a informação necessária para



	<p>garantir a independência nacional, a integridade do território e a segurança do Estado e são o objeto do SIED. No âmbito militar, o planeamento do emprego de forças e a conduta das operações, exige, em qualquer nível de comando – estratégico, operacional ou tático – um prévio conhecimento do inimigo (atual ou potencial), tão completo quanto possível, bem como de outros fatores que influenciem a manobra a eleger, como sejam as características da área de operações, as condições meteorológicas e outros. Uma vez que a situação do inimigo raramente é estática, a sua evolução deve ser permanentemente monitorizada, originando frequentes ajustamentos no planeamento ou na conduta das operações em curso, justificando a existência de planos alternativos, ordens complementares ou do emprego de reservas constituídas para o efeito e originando o recomeço de ciclo na produção de informações. Esta é “matriz” dos “serviços de informações militares”, a quem incumbe também, com igual importância, garantir a segurança militar, através da recolha de informação sobre atividades de subversão, espionagem, terrorismo e sabotagem que tenham por alvo as Forças Armadas. Para a obtenção de informações relativas à segurança militar, é fundamental a estreita ligação com o SIS, entidade responsável do SIRP pela recolha e produção daquela específica informação.</p>
6	<p>A. A principal lacuna é a dimensão deste serviço, Portugal é um país pequeno, mas com relações, com militares e portugueses pelo mundo todo e é difícil com o pessoal que temos cobrir as áreas todas. Em vez de termos alguém concentrado por exemplo na Venezuela, nós não conseguimos ter alguém concentrado num país, estão sempre em esforço. O número de pessoal, a quantidade de pessoal é limitadora. A formação é uma área que nos esforçamos muito, porque não há uma especialidade, especialização nesta área. Nós vamos dando formação. Criámos à pouco tempo a Pós Graduação em Informações Militares, que decorre no IUM, temos as ações de formação a meias com o SIED, o SIS e o SIRP, trocamos também formação com centros de excelência que à nestas áreas, nas áreas da Informação e Contra-informação, com congéneres nossos. Mas o que nós gostávamos era que houvesse uma especialidade em Informações. Mas tenho a perfeita noção de que não se pode fazer uma especialidade para ter permanentemente apenas 200 pessoas ativas. O EMGFA e os ramos, os ativos não chegam, também conheço que não há massa crítica para fazer uma especialidade. O que vamos fazendo, é aproveitar as pessoas que felizmente quando entram nesta área. Com sorte vamos conseguindo reter e aproveita-los nesta área, mas temos muitas limitações em número de pessoal. Neste momento o problema são pessoas, são os recursos humanos que faltam.</p> <p>B. Claro que a formação é importante, mas a preocupação deverá começar logo na seleção do pessoal para a atividade nesta área, pois os recursos humanos a empregar nas Informações deverão obedecer a um conjunto de requisitos, como a resiliência, a resistência à frustração, a imparcialidade, etc.... De um modo geral poder-se-á dizer que os recursos humanos, mais do que os materiais, são a lacuna mais importante. E neste capítulo (recursos humanos) há que reconhecer as suas três dimensões: a seleção das pessoas certas, a formação adequada e especializada e as condições para o exercício destas funções de um modo continuado e permanente. Os recursos humanos são o valor mais precioso de uma organização. Sem recursos humanos, não há organizações. E no caso concreto das Informações Militares, já não é só a falta de formação ou de experiência, é mesmo a falta de recursos humanos, pois, infelizmente, atualmente há grande défice de militares nos três Ramos e esse facto reflete-se diretamente nas Informações. Assim, havendo poucos, uma forma de mitigar será a adoção dos princípios das pequenas Organizações: poucos a saberem um pouco, mas de muitas áreas, por oposição às grandes Organizações que têm muitos recursos humanos a saberem muito, mas somente de poucas áreas.</p> <p>C. A Informação mais importante que qualquer sistema tem quase sempre é baseada no HUMINT, e depois à outra parte que tem haver com os limites, os mandatos, a parte legal por exemplo, se se pode ou não fazer escutas, que tem haver com os tramites mais técnicos que tem haver com as limitações legais e com a forma rápida ou menos rápida do que se faz. Mas fundamentalmente o grande problema em termos de Informações Militares é a capacidade que temos ou não temos de recrutar agentes no terreno a nível operacional e sabemos que a disponibilidade é mínima. A grande dificuldade num bom sistema de Informações a nível militar, estratégico, político é a necessidade de recrutar agentes no terreno e a dificuldade financeira, política e legal de contratar pessoas no terreno tem sido o maior obstáculo que ainda não foi ultrapassado. Seria ultrapassado com dinheiro e vontade política de querer alterar. Só se chega lá com uma solução legal e com uma solução efetiva financeira.</p> <p>D.</p>



	<p>E. Nós temos aqui uma situação que é necessário garantir a alimentação dos recursos humanos. Uma pessoa quando entra na área das informações tem um período de atuação, para quem tem uma componente militar por norma está aqui durante um tempo e depois poderá saltar. É necessário garantir constantemente a alimentação de recursos, sejam eles recursos humanos, recursos financeiros e recursos informacionais e ter também presente que é necessário estar sempre a par do desenvolvimento tecnológico. Se as potenciais ameaças têm novos <i>modus operandi</i>, a nós compete-nos garantir que conseguimos monitorizar esses novos <i>modus operandi</i> e conseguimos contrariar utilização desses novos <i>modus operandi</i>. E acha que nos temos adaptado esses novos <i>modus operandi</i>? Passamos a vida nisso, é contínuo. Nós não podemos dar a borda, tanto da parte da monitorização da ameaça como da parte da implementação da força. Combater essa ameaça é um jogo do gato e do rato, estão constantemente a ser monitorizados desenvolvimentos no <i>modus operandi</i> dessas ameaças. Todas as técnicas que nós vamos apreendendo que estão a ser desenvolvidas, nós estamos a tentar combatê-las, mas é um jogo contínuo. Se a ameaça utiliza drones, nós temos que ser peritos em contrariar o uso desses drones. E é por aí que estamos constantemente a desenvolver essa capacidade. Se a ameaça utiliza uma capacidade, nós rapidamente temos que garantir a não utilização desse vetor, nós temos que ter a informação e a monitorização para contrariar a utilização dessa capacidade.</p> <p>F. Reduzidos meios (unidades/órgãos) dos Ramos, destinados, especificamente, à função “informações que são os principais produtores das notícias/informações; Reduzida capacidade tecnológica, para operar nos novos “espaços” eletrónicos, por onde circula a informação; Limitados recursos financeiros e até humanos, para sustentar eventuais “operações cobertas” de informações; Orgânica da atual estrutura de informações militares, desajustada do conceito de funcionamento baseado num “serviço” que deveria englobar todas as unidades e órgãos especificamente orientados para a atividade de informações e contra-informação, desenvolvidos em todos os níveis da estrutura das Forças Armadas e em que intervêm TODOS os militares, unidades, estabelecimentos e órgãos; Não estando integrado no Estado Maior General – tem uma dependência do CEMGFA idêntica ao HFAR e IUM – o CISMIL poderá ver limitadas as necessidades de coordenação com outros departamentos (caso da DIPLAEM), situação que contraria o conceito de um estado-maior coordenador, onde a função coordenação é primordial; O CISMIL, como sucessor da Divisão de Informações Militares/EMGFA, deveria atuar como principal órgão diretor para a coordenação de estado-maior das atividades de informações e contra-informação nas Forças Armadas, função que estava cometida àquela Divisão; A atribuição de tarefas no âmbito da doutrina de informações e da formação de pessoal destinado a esta atividade, sugeria a criação de uma Escola (?)/ de Informações, na dependência técnica do CISMIL.</p>
7	<p>A. Não temos problemas de enquadramento legal, o CISMIL, o SIRP é auditado é fiscalizado pelo Conselho de Fiscalização do SIRP que também fiscaliza o CISMIL. Recebi o último relatório à pouco tempo. Este Conselho de Fiscalização do SIRP, é uma comissão eleita pela Assembleia da República, não depende do Governo, mas sim da Assembleia da República e faz um relatório para os deputados com a periodicidade de 6 meses, não divulgamos os processos para fora, mas eles têm acesso aos processos e depois fazem a sua avaliação e garantem aos deputados da Assembleia da República, que os Serviços de Informações, neste caso de IM está a cumprir a Lei.</p> <p>B. A nível de doutrina, a doutrina existe. Não fazemos doutrina nacional, mas a doutrina NATO é muito boa, está bem alicerçada e nós usamos, é só uma questão de adaptação.</p> <p>C.</p> <p>D.</p> <p>E. O quadro legal em que estamos poderia ser muito mais robusto, como, por exemplo, o dos nossos vizinhos. Sempre que existe o <i>handover</i> de uma ameaça para monitorizar, era importante que quem faz a monitorização dessa ameaça pudesse utilizar todos os recursos, para garantir que essa ameaça era devidamente monitorizada. Quando por lei não se pode utilizar sensores para uma eficácia total, para uma eficácia mais segura, temos que nos governar nesses termos. Em Portugal não é permitido escutas, o que que acontece? A nós compete-nos comunicar, a um organismo de investigação criminal, os indícios que existem. As informações têm determinados <i>modus operandi</i> que não podem utilizar. Temos a lei que nos permite comunicar a quem de direito, neste caso, por exemplo, à polícia judiciária, a polícia judiciária tem um mandato judicial e já pode fazer escutas, a uma potencial ameaça.</p>



	<p>Portanto, enquadramento legal é o que existe. Não vale a pena estar a dizer, seria conveniente também nós termos escutas. Nós temos a ferramenta que nos foi dada, caso haja necessidade de uma monitorização mais robusta, passamos a outra entidade.</p> <p>F. O “afastamento/isolamento” do CISMIL da estrutura hierarquizada [...] Seria vantajoso recolocar a atividade das informações militares e da contra-informação no centro das preocupações dos Comandos e Chefias.</p>
8	<p>A. Há lacunas mais a nível tático, as lacunas são a nível tático porque a guerra já não é como era antigamente. Antigamente o inimigo comunicava com rádios, agora comunica com telemóveis, [...] o inimigo podem ser grupos armados, é necessária tecnologia para intercetar comunicações, ter uma boa tecnologia de imagem de obtenção de imagem através de satélites ou recurso a drones, ter uma boa capacidade de vigilância eletrónica, ótica, cyber. Estamos sempre atrás do prejuízo, nós vamos criando, desenvolvendo, mas estamos sempre atrás do prejuízo porque a inovação tecnológica não pára. Mas mais ao nível tático. Podiam ser mitigadas com investimento, formação, com equipamento, sempre atualizar as nossas capacidades e valências.</p> <p>B.</p> <p>C.</p> <p>D.</p> <p>E. Era importante que houvesse uma carreira de informações militares. E não havendo uma carreira de informações militares, o pessoal pode vir da área administrativa para as informações militares, depois faz aqui um tempinho volta para uma área operacional, depois vai para uma área de educação e treino, depois vai para uma área académica, portanto estes saltos são enriquecedores para a pessoa, mas pode criar algumas fragilidades no conhecimento situacional, essas fragilidades poder-se-iam combater com uma carreira de informações no âmbito das forças armadas.</p> <p>F.</p>
9	<p>A. O Sistema tem que continuar a ter desenvolvimento de capacidades táticas, tem que ter um reforço de pessoal, de resto é continuar a trabalhar.</p> <p>B.</p> <p>C. Posso responder a minha perspetiva enquanto cliente. Eu como cliente posso me queixar se o produto chega a horas ou não, não posso é dizer é se o caminho ou se a organização, a doutrina ou a forma como ele foi organizado está correta. Como cliente gostaria de ter melhor Informação e em tempo, com mais qualidade. Acho que a Informação Militar melhorou nos últimos 2/3 anos. E a ligação com o SIED tem sido boa. Na minha experiência última na Direção Geral de Política Nacional, quando eu precisava de Informações às vezes conseguia e agora aqui no teatro de Operações quando preciso de alguma Informação que está dentro daquilo que é o âmbito que sei que são as possibilidades das Informações Militares, chegam-me. Chegam-me dentro daquilo, não estou à espera de mais uma vez que as minhas expetativas não são muito altas.</p> <p>D.</p> <p>E. Fundamentalmente, era necessário, por exemplo, a disciplina de informações e contra informações militares, a educação e treino das pessoas começasse o mais cedo possível, que houvesse uma carreira de informações, tal como existe um serviço de informações da República portuguesa, que trabalha com vários vetores, deveria existir dentro das forças armadas uma carreira de informações militares. Uma pessoa faz um período nas informações militares, depois tem que ter presente o atual estatuto militar, e tem que saltar para outra área, perde o fio à meada. Era importante que houvesse uma carreira de informações.</p> <p>F. Deveria “reconstituir-se” um serviço de informações militares, à semelhança do que já existiu na altura em que foi criado o SIRP (Lei nº30/84, de 05Set) e no qual esteve integrado até 1998, quando foi extinta a DINFO (DecLei nº 158/98, de 34Jun). [...] também o Serviço de Informações Militares, a ser recriado, englobaria as unidades e órgãos, igualmente distribuídas ao longo da estrutura orgânica dos Ramos e do EMGFA, incumbidas de processar e difundir notícias e informações, no âmbito da informação e da contra-informação. [...] A chefia do eventual Serviço de Informações Militares atuaria como principal órgão diretor para a coordenação de estado-maior das atividades de informação e contra-informação, podendo ser-lhe atribuído um grau de autoridade adequado – coordenação; técnica – ao desempenho das suas funções.</p>



- A. Defender os militares portugueses, defender os interesses nacionais que tenham que ver com as Forças Armadas.
- B. Assim, de um modo geral será satisfazer os requisitos informacionais da liderança, *Intelligence must be suitable to the customer* (tu és o meu cliente, tu é que tens que me dizer o que precisas). *Intelligence* é satisfazer requisitos informacionais do decisor, é ajudar a reduzir a indecisão, na tomada de decisão. Estando a falar das Informações Militares em concreto, então a preocupação das Informações deverá estar centrada no apoio ao planeamento e à execução de operações militares.
- C. As Informações Militares servem fundamentalmente para dar segurança e tranquilidade a quem está em missões no exterior. O foco principal não é tão em termos nacionais. [...] Em território nacional é uma postura defensiva, conseguir antecipar se aquilo que são áreas de responsabilidade ar, mar e terra sobre as Forças Armadas, caso possam estar a ser vigiadas, a ser espiadas, a ser atacadas. Em missão no exterior é a eficácia de contribuir para uma Informação atempada para se poder desempenhar melhor as missões, desde reconhecimento, meios aéreos, terrestres, tudo aquilo que puder contribuir. Isso é o fundamental. Indiretamente contribuem para a política externa da defesa nacional, é mais um eixo, é mais um vetor, claro que contribuem.
- D.
- E. A política externa de defesa nacional vai agregar informações de várias fontes e de vários ambientes: ao ambiente político, ao ambiente militar, ao ambiente económico, ao ambiente social. No ambiente militar, as informações militares contribuem para enriquecer um processo de decisão política ao mais alto nível. Nós somos uma componente de uma equação, para se formar uma opinião, é preciso informação económica, social, política, militar, diplomática, o PMESII, todas essas componentes contribuem para uma tomada de decisão ao nível das relações externas. [...] As informações militares contribuem para a formação dessa opinião. E qual é a principal preocupação das informações militares?
É garantir que sabemos qual é que é: a intenção de quem nos ameaça; as capacidades dessa ameaça; as atividades que eles fazem com essas capacidades e garantir que eles não têm oportunidade de utilizar essa capacidade. Há uma fórmula que nós utilizamos, nas informações militares: ICAO. Intenções - nós temos de estar constantemente a monitorizar as intenções de quem nos ameaça, Temos que estar constantemente a monitorizar as Capacidades que essa ameaça tem, temos que estar constantemente a monitorizar as Atividades que são efetuadas com essa capacidade e temos que estar a vislumbrar a Oportunidade em que essa capacidade poderia ser utilizada para contrariar o uso dessa capacidade. As intenções, a maior parte das vezes é vislumbrar as intenções de quem nos ameaça, uma parte das vezes é evidente, eles querem destruir tanto a nível do terrorismo querem destruir o *modus faciendi* de um estado democrático. Mas existem atores que às vezes é difícil vislumbrar qual é que é a intenção. [...] Há intenções que só se vislumbram a nível político. Por isso é que nós temos embaixadores, adidos de defesa, vários atores que a função deles, entre outras, é vislumbrar a intenção de grandes atores, por exemplo, o que se está agora a passar ao lado da Ucrânia. Está a haver uma acumulação de meios militares lá. As informações militares fizeram o trabalho delas, foi com as capacidades que têm, através das capacidades *imint* e através das capacidades *humint*, confirmamos que estão 140 000 homens concentrados ao pé de uma fronteira de um país descobriram que existe uma agregação de capacidade militar muito forte numa fronteira com o país, e informamos quem de direito. Por sua vez, informamos quem de direito e esse quem de direito vislumbrando uma intenção, pôs cá fora uma comunicação estratégica, que é o caso das comunicações feitas por grandes atores ocidentais, a dizer que qualquer tentativa de invasão vai ter repercussões a vários níveis dentre eles repercussões económicas muito fortes. Isso é comunicação estratégica. Com a nossa capacidade de vislumbrar a agregação de uma capacidade militar num sítio, garantimos que o poder político vislumbrando uma intenção toma atempadamente uma ação. Uma resposta diplomática, uma resposta estratégica. Para mitigar essa ameaça as informações militares estão constantemente a monitorizar o terreno, [...] As informações militares, por norma são responsáveis por verificar a movimentação de capacidades militares e nós temos sempre os nossos meios [...] a monitorizar se existe uma grande acumulação de meios que podem ser utilizados a qualquer momento. As informações militares fazem o que lhes compete, que é identificar uma agregação militar numa área e a seguir comunicar ao poder político, o poder político vislumbrando a intenção daquele uso, que é a potencial invasão de um país rapidamente fez uma comunicação estratégica para garantir que aquela capacidade militar não fosse utilizada. [...] As Informações Militares são uma das pontas da estrela, uma componente. O poder político dispõe de todas as componentes para tomar uma decisão.



	<p>F. Espero que as entidades responsáveis por esta função militar (informações) – CEMGFA e CEM's dos Ramos – desenvolvam o esforço conjunto para colocar este tema na prioridade que se lhe reconhece, dada a importância do produto dessa atividade para o cumprimento da missão das Forças Armadas e para a segurança militar.</p>
--	---

